

# convergência

NOV — 1976 — ANO IX — Nº 97



- **CAPÍTULOS GERAIS, ACONTECIMENTO DE IGREJA**  
Cardeal Eduardo F. Pirônio  
Página 526
- **APRIMORAMENTO E LIDERANÇA DOS SUPERIORES LOCAIS**  
Irmão Nilson Antônio Ronchi, FMS  
Página 533
- **AMIZADE E PROJETO DE VIDA NO CONTEXTO DA VIDA RELIGIOSA**, Pe. Cleto Caliman, SDB  
Página 537

**CONVERGÊNCIA**  
revista da Conferência  
dos Religiosos do Brasil

**Diretor-Responsável:**  
Frei Constâncio Nogara, OFM

**Redator-Responsável:**  
Padre Marcos de Lima, SDB

**Direção, Redação, Administração:**  
Rua Dom Gerardo, 40 — 6.º andar  
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO  
— RJ

---

**Assinaturas para 1976:**

---

**Brasil, taxa única (via**  
terrestre ou aérea) ..... Cr\$ 110,00  
**Exterior: marítima** ..... US\$ 17,00  
aérea ..... US\$ 25,00  
**Número avulso** ..... Cr\$ 11,00

---

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

---

**Composição:** Compositora Helvética  
Ltda., rua Correia Vasques, 25  
20.000 Rio de Janeiro — RJ

**Impressão:** Oficinas Gráficas da  
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,  
100/ 25.600 Petrópolis — RJ.

**Nossa Capa:**

Close num processo de desintegração molecular. A força que une os átomos responde pela estrutura e pela organização do mundo das coisas. A coesão e a rigidez dos corpos sólidos são asseguradas pelas forças interatômicas. Se o átomo for radiativo tende a desintegrar-se para, ao longo de seu percurso, radiativar outros átomos em cadeia. Energia e movimento. **CONVERGÊNCIA** quer ser um átomo radiativo. Um convite para sobreviver melhor saindo do imobilismo. Um estímulo para a partida.



## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>EDITORIAL</b> .....  | <b>513</b> |
| <b>XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DA CRB</b> ....  | <b>515</b> |
| <b>CAPÍTULOS GERAIS, ACONTECIMENTO DE IGREJA</b> , Cardeal Eduardo F. Pirônio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos ..... | <b>526</b> |
| <b>APRIMORAMENTO E LIDERANÇA DOS SUPERIORES LOCAIS</b> , Irmão Nilson Antônio Ronchi, FMS .....   | <b>533</b> |
| <b>AMIZADE E PROJETO DE VIDA NO CONTEXTO DA VIDA RELIGIOSA</b> , Pe. Cleto Callman, SDB .....   | <b>537</b> |
| <b>SEPAR — UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO PARA A MISSÃO</b> , Irmã Jeanne Marie Tierny e Irmã Elisabetha Pasa ....                         | <b>548</b> |
| <b>A ORDEM DAS MERCÊS NO BRASIL: INSTALAÇÃO, EXPANSÃO, EXTINÇÃO</b> , Rolando Azzi .....  | <b>558</b> |
| <b>LIVROS RECEBIDOS</b> .....   | <b>576</b> |

## EDITORIAL

A tecnologia, ciosa de suas conquistas, preanuncia um mundo de náusea e desespero para o homem. Enquanto isso, o religioso parece alguém perdido na leva da multidão, à margem da vida. Mas a consagração religiosa, traz consigo o impacto de uma esperança inquietante. Afrontando o risco do invisível, viabiliza a libertação inaugurada em Cristo, como antídoto para o desespero e a náusea.

A entrega da vida ao Cristo casto, pobre e obediente, é sinal de realidades não palpáveis ou visíveis. Visível é, sim, a esperança de quem "reza em sua vida as promessas das bem-aventuranças". Uma vida exigente em generosidade. Diz o Cardeal Pirônio: "Viver hoje na América Latina é uma graça de Deus. É a hora de Deus para nós. Hora da busca, do risco, da incerteza e da cruz, das tensões e crises. Mas é fundamentalmente a **hora da esperança**. Em nós o Espírito do Senhor Jesus acelerará o Reino do Pai."

Os artigos desse número são acontecimentos **convergentes** numa idêntica mensagem: **esperança!**

### **Superior Local, líder da esperança na comunidade**

Ir. Nilson Ronchi, FMS, delinea sucintamente o que foi o curso para superiores locais. Algo até agora inédito na programação da CRB Nacional, mas que alcançou pleno êxito. Reanimou os coordenadores locais em sua missão. Iluminou seu papel, inseparável da comunhão trinitária, como serviço aos irmãos e mediador na busca comum da vontade de Deus.

### **Capítulo Geral, página de esperança**

O Cardeal Pirônio faz aqui oportunas reflexões pastorais. Da Aula Capitular o dom salvífico-ecclesial transborda os Institutos e beneficia à toda comunidade humana. Cada Instituto escreve a história da Salvação. Por isso, o seu Capítulo Geral é celebração pascal, momento-chave onde se recria a esperança do carisma específico sob a efusão do Espírito. A vida religiosa converte-se à novidade pascal no hoje da História numa escuta obediente da Palavra, esperando viver compromissos mais vigorosos de evangelização.

### **SEPAR, a esperança de uma experiência**

Experiência promissora relatada por Ir. Jeanne Marie Tierny e Ir. Elisabetha Pasa. O Seminário

Intercongregacional de Pastoral para Religiosas foi um treinamento e aprendizagem prática de irmãs destinadas à pastoral paroquial. O grupo-piloto, heterogêneo na idade, no embasamento intelectual e com meios humanos precários, provou existencialmente que o trabalho missionário nasce de uma esperança radical vivida em fraternidade. Só evangeliza quem se deixa evangelizar. O religioso anuncia a Mensagem enquanto, num processo de conversão contínua, concretiza a esperança do Ressuscitado.

### **Amizade, esperança de crescimento fraterno**

Pe. Cleto Caliman, SDB, confronta convivência fraterna e amizade. Entre a pedagogia provinciana do passado e as modernas antropologia e psicologia, cresceu o cultivo da amizade na formação e no relacionamento religioso. A descoberta do outro e de seu mistério é desafiada pela comunidade humana, situada e datada. Mas deve evitar o romanticismo estéril. Sem os dados da Fé e os pressupostos concretos da vida não desvendamos o valor da amizade — gratuidade pura e penúltima instância de realização pessoal — para forjar modelos de convivência fraterna. Assim, a amizade na vida religiosa encarna a esperança viva do Reino que realiza a plenitude do amor.

### **A Ordem das Mercês, esperanças e contra-esperança**

Riolando Azzi, bom pesquisador, realça a contribuição valiosa dos mercedários à formação cristã de nossa história, antes da sua lastimável decadência. O alvorecer do Brasil deve muito às **Ordens e Congregações**. Mas viu, não raro, religiosos acumularem riquezas e até possuírem escravos. Infiéis ao carisma fundacional esvaziaram-se do Evangelho e tornaram-se sinais de contra-esperança. No passado como no presente a lição é clara: o relaxamento das ordens religiosas coincide com a abundância dos bens.

O cego de Jericó nada via. Assentado à beira da estrada estendia as mãos súplicas, à espera. Um dia pressentiu algo novo, uma salvação inesperada. Clamou por ela contra o clamor do povo. Sufocou as passadas rápidas gritando: **quero ver!** Esperançoso não mais em esperar com as mãos estendidas, mas em abandonar a margem do caminho e seguir atrás do Cristo a vida nova.

Assim o religioso hoje! Querer voltar à esperança viva do fundador, vivê-la num radicalismo audacioso e criativo, para transformar o mundo. Nele, a vida religiosa é espera radiosa enquanto aponta e caminha para o amanhã. É ao mesmo tempo êxodo e parusia!

**Pe. Antônio Clayton Sant'Ana, CSSR**

# CRB - 1977

## XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA

Esta publicação n.º 4 é o prosseguimento do que Você encontrou em CONVERGÊNCIA n.º 93, junho de 1976, páginas 264-267; n.º 94, julho/agosto de 1976, páginas 323-335; n.º 96, outubro de 1976, páginas 451-458.

### INFORMAÇÃO

CRB — XI AGO — 1977  
DP — 12

**Primeira Fase. INFORMAÇÃO: OS RELIGIOSOS NESTA IGREJA, NESTE PAÍS**

#### 1. OBJETIVOS

1.1. **Objetivo Geral.** Informar-se sobre a realidade dos Religiosos nesta Igreja, neste País.

- \* **Informar-se** é saber das coisas, ter ouvido ou lido sobre elas, não estar por fora. **Informar-se** é buscar e pesquisar elementos de conhecimento da realidade. **Informar-se** é coletar dados, verificar e aferir sua exatidão e objetividade.
- \* **Informar-se** não significa ainda ter opinião, fazer um juízo sobre as coisas, interpretá-las ou avaliá-las.
- \* Não pode, porém, haver análise, interpretação e juízo responsável sem prévia e sólida informação.

1.2. **Objetivo específico.** Ampliar, relacionar e sistematizar as próprias informações sobre os religiosos no Brasil, sobretudo em direta referência à informação sobre o País/Nação (DP 03/04 — QR 01) e sobre a Igreja neste País (DP 07 08 — QR 02).

## 2. MÉTODO GERAL DE ESTUDO

- 2.1. Levantamento do conhecimento atual que cada um tem da realidade dos religiosos no contexto concreto da Igreja e do Brasil, conforme o Quadro de Referência (QR) indicado QR 04 (DP-12) e o Roteiro de Avaliação (RAI) (DP-05).
- 2.2. Reunindo-se em grupo, tomar comunitariamente consciência desses conhecimentos. Completá-los. Relacioná-los.
- 2.3. Indivíduoar entre eles algumas constantes, traços dominantes, características principais, problemas crônicos ou conjunturais, afirmações, negações, contradições.
- 2.4. Selecionar para aprofundamento grupal ou pessoal um ou mais tópicos do QR 04 e aplicar-lhe o seguinte método.

## 3. MÉTODO DE PESQUISA PRÁTICO-TEÓRICA

- 3.1. Estabelecer um primeiro contato empírico para levantamento da situação (leitura, contatos, entrevistas, informações em publicações internas/externas à Congregação, etc.).
- 3.2. Confronto sistemático-teórico destas informações assim obtidas com bibliografia específica e com a realidade constatável.
- 3.3. Relacionar o tópico pesquisado com outros, situando-o no quadro geral de informações.
- 3.4. Neste processo, é de capital importância referir constantemente a informação assim obtida no nível de "RELIGIOSOS" com o que já foi conseguido através das etapas anteriores de INFORMAÇÃO sobre o **Brasil-País/Nação** e sobre a **Igreja neste País** (Ver QR 01 e 02).

## INFORMAÇÃO

**CRB — XI AGO — 1977**  
**DP — 12 / QR 04**

**QUADRO DE REFERÊNCIAS (QR) n.º 04 (Ver DP-03/QR-01 e DP-07/QR-02)**

## INFORMAÇÃO SOBRE OS RELIGIOSOS NESTA IGREJA, NESTE PAÍS

**NB** ➤ O roteiro de informação aqui oferecido não pretende ser exaustivo. Apresenta, porém, tópicos fundamentais de cujo conhecimento depende um mínimo responsável de INFORMAÇÃO sobre a realidade dos RELIGIOSOS na Igreja no Brasil e no Brasil como país, que justifique posterior análise e interpretação. Estamos por enquanto na fase de INFORMAÇÃO (Ver DP 05-RAI).

**NB** ➤ O presente QR pretende ser dinâmico. Ele pressupõe como adquiridas as INFORMAÇÕES a respeito do Brasil, País/Nação (QR-01) e da Igreja neste País (QR-02) e dá subsídios para a INFORMAÇÃO sobre os Religiosos no **contexto concreto** desta Igreja neste País.

**NB** ➤ Usaremos o termo “**comunidade**”, no sentido de “**Instituto Religioso**” em nível local, provincial e geral.

## **1. DIMENSÃO HISTÓRICA**

- 1.1. Implantação e situação dos Religiosos no Brasil: No período colonial — Durante o Império — Nas três fases da República: 1889-1930 / 1930-1964 / 1964-1976.
- 1.2. Composição da presença dos Religiosos no Brasil.
  - 1.2.1. A implantação das Ordens/Congregações nos dois primeiros séculos: origem, características, influências.
  - 1.2.2. As imigrações do século XIX: origem, implantação, atuação.
  - 1.2.3. A expansão missionária no século XX: as missões e prelazias.
  - 1.2.4. Fatores significativos na segunda metade do século XX.

## **2. DIMENSÃO SOCIOLÓGICA**

- 2.1. Distribuição geográfica dos Religiosos no Brasil.
- 2.2. Distribuição e aplicação setorial dos Religiosos no Brasil por faixas preponderantes de atuação.
- 2.3. Composição etária dos religiosos no Brasil e sua projeção.
- 2.4. Origem sócio-econômico-cultural dos Religiosos no Brasil.
- 2.5. Religiosos nascidos no Brasil: diretrizes, incertezas e vicissitudes na política vocacional das Congregações. Projeção vocacional.
- 2.6. Religiosos não nascidos no Brasil: origem, adaptação, aculturação, inserção, tensões, aspectos positivos, interrogações. Projeção.
- 2.7. Institutos Religiosos masculinos (clericais/laicais). Dimensão propriamente religiosa e ação pastoral. Situação e perspectivas.
- 2.8. Institutos Religiosos femininos — composição, configuração das congregações internacionais e/ou nacionais, atuação apostólica.

## **3. DIMENSÃO POLÍTICA**

### **3.1. Nível da consciência política**

- 3.1.1. Que interesse tem sua comunidade (local, provincial, geral) pelos temas políticos (Internacionais, latino-americanos, nacionais, regionais, estaduais, locais)?
- 3.1.2. Como se situa e que tendências manifesta frente a estes grandes temas políticos nos diversos níveis?
- 3.1.3. Existe percepção do alcance político das ações e/ou omissões, em situações ordinárias e/ou extraordinárias, da vida da Igreja e da Congregação, situada na realidade?
- 3.1.4. Qual o grau de participação e corresponsabilidade dos religiosos na orientação política global interna de sua comunidade (casa, província, congregação)?

### **3.2. Nível da atuação política**

#### **3.2.1. Existe atuação política em sua comunidade?**

- \* No sentido mais amplo de política: relação com a ordem da sociedade, com as ideologias atuantes, com a concepção vigente de homem e de sociedade.
- \* No sentido mais estrito de política: relação com a conjuntura política (níveis geográficos diversos).

#### **3.2.2. Quais os pólos determinantes e dinamizadores de sua Comunidade (local, provincial, congregacional): prioridades de formação, de ação; formas de inserção, de trabalho, enfoque políticos de atuação; antes e depois do Concílio Vaticano II.**

#### **3.2.3. Quais os obstáculos e erros e seus principais frutos e conseqüências na vida da Comunidade referida ao contexto da realidade em que vive?**

## **4. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

### **4.1. Nível de conhecimento**

#### **4.1.1. Qual o grau de conhecimento dos religiosos de sua comunidade a respeito desta dimensão (Cfr. QR-01). Aplique o RAI, (DP-05).**

#### **4.1.2. Qual o impacto e as conseqüências sensíveis das dificuldades estruturais e conjunturais no plano econômico-financeiro mundial e nacional sobre a vida concreta de sua comunidade?**

#### **4.1.3. Qual o conhecimento que têm os religiosos da dimensão financeira da Igreja (Cfr. QR-02 n.º 9)?**

#### **4.1.4. Que conhecimento têm os religiosos das regulamentações civis econômicas sobre os valores econômicos e financeiros?**

#### **4.1.5. Que conhecimento têm os religiosos sobre o montante e natureza dos bens de sua Comunidade (local, província, congregação), da origem dos mesmos, do uso (social) deles? Que capacitação séria têm para falar e opinar sobre isso?**

### **4.2. Nível da política econômico-financeira dos religiosos**

#### **4.2.1. Quais são os critérios de administração em sua Comunidade?**

#### **4.2.2. Que instrumental tem ela para a captação, conservação, valorização e aplicação de seus bens?**

#### **4.2.3. Quais os objetivos concretos de sua política econômica?**

#### **4.2.4. Existe uma política de distribuição? Em que medida, com que critério, a que beneficiários, com que freqüência, em que proporção, se confrontada com o volume global de bens?**

#### **4.2.5. Qual o grau de racionalidade administrativa: orçamento real, contabilização precisa, prestação de contas e avaliação (nível individual e outros), atendimento a todas as exigências jurídicas, legais, previdenciárias, tributárias, etc.?**

- 4.2.6. Qual a atitude dos religiosos face aos seus privilégios (amizades, influências, subserviências, precedências. superação de situações irregulares, etc.).
- 4.2.7. Qual o grau de autonomia financeira da Comunidade? Dependência de outras fontes (no país, no exterior; da Congregação mesma, de fora dela); em que medida (ocasionalmente, sistematicamente); política de administração de tais recursos. Há outros que dependem de sua comunidade? Tipo de relacionamento com eles em termos financeiros (no País e fora).
- 4.2.8. Sua comunidade tem experiências concretas na prática da pobreza em coerência com a política econômica que adota?

## 5. DIMENSÃO SOCIAL

- 5.1. Qual o grau de informação dos religiosos sobre os problemas fundamentais nesta faixa (Ver QR-01, n.º 3) e sua sensibilidade a eles? Aplique o RAI (DP-05).
- 5.2. Que nível e tipo de consciência social pode ser individuado nos diversos membros de sua Comunidade? O que é preponderante?
- 5.3. Quais os principais indicadores desta consciência social e como se traduzem na expressão prática da vida da Comunidade?
- 5.4. Que tipo de formação social a Comunidade (província, congregação) vem oferecendo aos seus membros, seja quanto aos estudos, seja quanto às atuações concretas e experiências renovadoras?
- 5.5. Que caráter social tem a atuação apostólica de sua Comunidade nas diversas faixas em que opera?
- 5.6. Com que tipo de classe social (pobre, média, rica) se relaciona o conjunto de membros de sua Comunidade? Que tipo de trabalho realiza junto a ela?
- 5.7. Em que lugar geográfico-social (sobretudo sócio-econômico: pobre, médio, rico) vive sua Comunidade e se situam suas casas?
- 5.8. Em que grau os religiosos participam, de fato, do que é o ordinário da vida do povo: transportes coletivos urbanos, dificuldades habituais ou conjunturais no abastecimento alimentar, impasses na assistência médico-hospitalar (INPS, remédios, etc.), limitação orçamentária na disponibilidade e uso de dinheiro.
- 5.9. Verifica coerência entre o que os religiosos dizem e o que eles vivem? Há continuidade no que dizem? Há continuidade no que vivem? Há opções motivadas para alicerçar o que dizem e o que vivem? Como reagem frente às dificuldades e críticas eventuais internas e externas?

## **6. DIMENSÃO CULTURAL**

- 6.1. Qual o grau de conhecimento dos religiosos a respeito desta dimensão e, em que medida são afetados por ela (Ver QR-01 n.º 4). Aplique o RAI (DP-05).
- 6.2. Que importância dá na prática sua Comunidade, em termos de quantidade e qualidade de investimento, em tempo e dinheiro, à formação inicial e continuada de seus membros?
- 6.3. Qual o nível cultural médio de sua Comunidade (local, província, congregação)?
- 6.4. De que recursos dispõem os religiosos para seu aprimoramento cultural (professores, bibliotecas, casas de estudo) e que uso efetivo se faz deles?
- 6.5. Quais os interesses culturais predominantes: leitura, televisão, cursos, conferências, estudo pessoal/grupal? Concretamente: Quantos livros sérios são lidos anualmente em média pelas pessoas de sua comunidade? Qual a índole destas leituras e seu objetivo? Há uma leitura séria e crítica de revistas especializadas e de artigos de peso nos jornais? Quais?
- 6.6. Qual o grau de proximidade e inteligibilidade das expressões culturais do povo pelos religiosos brasileiros?
- 6.7. Qual a medida de assimilação de valores culturais brasileiros por religiosos vindos de outros países?
- 6.8. Qual o tipo de visão teológica predominante na formação e atuação de sua Comunidade?
- 6.9. Qual o grau de mobilidade cultural que permite à sua Comunidade assumir novos valores e novas perspectivas da vida religiosa e eclesial pós-conciliar?
- 6.10. Qual a perspectiva cultural da formação inicial e permanente mais acentuada em sua comunidade: Prático-pastoral? Filosófico-teológica? Ciências Humanas? Ciências da área técnica?
- 6.11. Qual o grau de presença, o alcance e a índole da ação dos religiosos na formação e promoção cultural do povo através dos setores de educação sistemática e/ou assistemática, de base, saúde e promoção/assistência, meios de comunicação social?
- 6.12. Existem contribuições significativas de religiosos para a personalidade e autonomia da cultura brasileira? Poderia citar algumas?

## **7. DIMENSÃO ECLESIAL**

- 7.1. Qual o grau de conhecimento de sua Comunidade a respeito da Igreja no Brasil (Ver QR-02). Aplique o RAI (DP-05).
- 7.2. Qual o tipo de presença de sua Comunidade neste contexto de Igreja no Brasil? Em que critérios e decisões se baseia e qual a motivação principal de suas opções?

- 7.3. Qual o grau de conhecimento de sua Comunidade com relação a outros Religiosos (pessoas, casas, províncias, congregações).
- 7.4. Existe alguma forma de cooperação concreta de sua Comunidade com outras: nível de pessoas, nível de instituição? Sente-se a necessidade disto? Há resistências, quais e por que?
- 7.5. Em que medida sua comunidade participa de esforços conjuntos com pessoas atuantes nos organismos eclesiais: CNBB, CRB, AEC, etc.

## 8. DIMENSÃO DE VIDA RELIGIOSA

- 8.1. Que se tem feito em sua Comunidade e na vida religiosa no Brasil para aprofundar e renovar esta vocação apostólica na Igreja, após o Vaticano II?
- 8.2. Indique aspectos concretos que contribuíram para um aperfeiçoamento do relacionamento entre Bispos e Religiosos na edificação da Igreja no Brasil.
- 8.3. Em nível de Instituto Religioso que passos são dados para uma melhor informação e esclarecimento dos Governos Gerais sobre as situações concretas das Províncias no Brasil?
- 8.4. Faça um levantamento, o mais completo possível, de situações novas e marcadas no meio ambiente brasileiro, que levam à exigência de novas formas de vivência dos votos religiosos, no mundo secularizado, no mundo do trabalho, no mundo de instituições não congregacionais, no mundo personalizado, no mundo marcado pelo econômico, no mundo de carência social.
- 8.5. Caracterize alguns elementos fundamentais de comunidades religiosas que conhece e que lhe parecem atender concretamente às exigências de uma vida religiosa inserida no contexto da realidade eclesial/nacional do Brasil.

(segue à página 522)

**CRB — XI AGO — 1977**

**SEPARATAS DE CONVERGÊNCIA**

Separata n.º 1 — 12 Páginas — Cr\$ 4,00

Separata n.º 2 — 8 Páginas — Cr\$ 2,50

Separata n.º 3 — 12 Páginas — Cr\$ 4,00

**PEDIDOS:**

◆ À sua Regional da CRB

◆ Ou à CRB nacional

**NA UNIÃO TODAS AS VANTAGENS**

**Segunda Fase. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO:****OS RELIGIOSOS NESTA IGREJA, NESTE PAÍS****QUADRO DE REFERÊNCIAS (QR) nº 05. (Ver DP-09/QR-03 e DP-10/QR-04).****NB ➤ Usaremos o termo "Comunidade" para designar o Instituto Religioso (= Ordem, Congregação...) em nível local, provincial, geral.****1. DIMENSÃO HISTÓRICA**

- 1.1. Como atuaram os Religiosos na formação e evangelização de nosso povo nas diversas fases de nossa História?
- 1.2. Que tipo de evangelização promoveram os Religiosos tradicionalmente no Brasil? Qual o projeto de fundo?
- 1.3. Em termos de proporcionamento à realidade e ao povo a ser evangelizado, como situa o desempenho de sua própria Comunidade?
- 1.4. Que opções prioritárias de presença e ação distinguem os Religiosos, em geral, e sua Comunidade, em particular, ao longo dos diversos períodos da nossa História? Qual a motivação e quais as vinculações determinantes?

**2. DIMENSÃO SOCIOLÓGICA**

- 2.1. Como julga a distribuição geográfica dos Religiosos no Brasil? Causas da situação, dificuldades à modificação?
- 2.2. Como vê a retração de religiosos brasileiros com relação aos lugares mais áridos e distantes e a preponderante presença aí de religiosos vindos de outros países?
- 2.3. Avalie as implicações da forte presença de religiosos no quadro geral de agentes de pastoral na Igreja do Brasil.
- 2.4. Como vê e que problema traz o acentuado envelhecimento dos quadros religiosos no Brasil? Analise sua própria Comunidade.
- 2.5. Dê um balanço à presença setorial dos religiosos segundo suas faixas de atuação. Descubra-lhe as causas. Faça a projeção da situação para os próximos dez anos, levando em conta os outros fatores de incidência.
- 2.6. Em termos numéricos e estatísticos globais, refira a situação dos religiosos e sua projeção à situação do Brasil, como País e como Igreja, e sua projeção.

**3. DIMENSÃO POLÍTICA**

- 3.1. Analise os elementos geradores da boa/má formação da consciência política dos religiosos: índole dos estudos, visão teológica, perspectiva histórica ou a-histórica na formação, etc.

- 3.2. Na fase atual, sente-se em sua Comunidade preocupação com a percepção mais crítica das situações e da própria qualidade do anúncio evangélico dos religiosos? A que atribuir isto?
- 3.3. Analisando a vida comunitária e a atuação apostólica de sua Comunidade e/ou dos Religiosos no Brasil, como caracteriza a orientação de fundo da sua tradição de trabalho e os fatores políticos de influência sobre ela? Qual lhe parece ser a ideologia subjacente ao enfoque apostólico de sua Comunidade?
- 3.4. Até que ponto o tipo de vida (casa, estilo de vida, localização, equipamentos) está de acordo com a posição e atuação ou mente política dos religiosos de sua Comunidade?

#### **4. DIMENSÃO ECONÔMICA**

- 4.1. Olhando a situação e a política econômico-financeira de sua Comunidade, como a avalia em termos evangélicos e religiosos?
  - 4.1.1. Está ela relacionada com o tipo de atuação exercida?
  - 4.1.2. Repercute positiva ou negativamente nos valores religiosos tais como: capacidade de doação, de compromisso com os que mais necessitam, com os marginalizados, com maior sacrifício pessoal e comunitário?
  - 4.1.3. Como se reflete na maneira de viver os votos, no tipo e teor espiritual do que, de fato, se diz e se vive.
- 4.2. Qual é a situação prática e que tensões existem (se existem) entre as necessidades institucionais no plano econômico e os postulados concretos de uma intenção de vida mais pobre? Como é entendida a pobreza religiosa? Que decisões concretas são mais significativas neste plano e que critério as motivam? Faça uma análise e avaliação dos mesmos.
- 4.3. No que toca a racionalização do trabalho, o aproveitamento do tempo, a política de custos, a inserção nas exigências do mundo do trabalho (previsão, precisão, qualidade), o assumir as conseqüências de uma sociedade civil organizada (documentos, pagamentos, prazos, prestações de contas, etc.) como avaliação a realidade de sua Comunidade? Até que ponto o livrar-se disto ou não querer submeter-se a isto é compensado, de fato, com recurso a privilégios e favorecimentos nas situações criadas? Como julga, sob este ponto, a situação real de sua Comunidade e a proximidade dela ao cidadão comum exigida em seu trabalho?

#### **5. DIMENSÃO SOCIAL**

- 5.1. Que fatores levaram sua Comunidade a radicar-se onde ela está?
- 5.2. Que tipo de influência os membros da Comunidade recebem do meio social que frequentam? Como repercute esta influência na seleção dos ministérios e na vida de valores evangélicos?
- 5.3. Analise as causas históricas e estruturais do tipo de formação social ministrada aos formandos em sua comunidade.

- 5.4. Quais os principais objetivos e interesse (sociais/ideológicos) teórica e/ou praticamente defendidos pelo conjunto da atuação apostólica de sua Comunidade? Como se manifestam tais interesses e objetivos? Como os julga?
- 5.5. Avalie a atuação de sua Comunidade ao referi-la ao contexto específico de realidade estruturalmente subdesenvolvida do Brasil (Ver QR-01 n.º 3).
- 5.6. Que qualidade de testemunho institucional lhe parece dar sua Comunidade em termos de vida evangélica, numa linha de serviço para a superação deste subdesenvolvimento estrutural?
- 5.7. Existe em sua Comunidade uma presença concreta entre os meios mais pobres? Como julga esta presença? A Comunidade a vê numa atitude de apoio ou de resistência?
- 5.8. Como interagem, se suportam ou se excluem, dentro da Comunidade, os religiosos sob influência de tensões e conflitos de fundo social-ideológico? Qual a política global no tratamento deste problema? Que critérios presidem às opções e decisões? Qual a razão de tais critérios e sua inspiração? Como se reflete este fenômeno sobre a comunhão espiritual e união apostólica da Comunidade?

## **6. DIMENSÃO CULTURAL**

- 6.1. A que causas e fatores atribui a atual situação cultural de sua Comunidade? Como a avalia em relação àquilo que ela deve ser? Até que ponto ela é positiva ou negativamente marcada por uma tradição da Comunidade?
- 6.2. Que pensa da situação atual de formação cultural na sua Comunidade: Relação entre formandos e formadores; estruturas e métodos; tendências e objetivos; qualidade e realismo, etc.?
- 6.3. Por que causas explica e como analisa a efetiva atuação cultural de sua Comunidade: no campo especificamente religioso e eclesial; na esfera cultural mais ampla da sociedade como um todo?
- 6.4. Quais os projetos de fundo, os principais conteúdos e instrumentos de ação apostólica promovidos atualmente pela Comunidade no Brasil? Como os avalia se referidos à realidade total do País e da Igreja neste País?
- 6.5. Em termos culturais na sua expressão popular (Ver QR-01 n.º 4 e QR-02 n.º 2,3,8) sua Comunidade está mais próxima ou mais distante do povo?
- 6.6. Vendo a realidade e seus desafios julga que é suficiente o atual enfoque de formação e a prática vivida em sua Comunidade na preparação e constante aprimoramento das pessoas?

## **7. DIMENSÃO ECLESIAL**

- 7.1. Até que ponto os Religiosos e, concretamente sua Comunidade, prolongaram a ação da Igreja institucional ou conflitaram com ela?
- 7.2. Até que ponto os religiosos desempenharam sua função carismática e

profética no campo da ação apostólica e da presença evangélica no meio dos homens?

- 7.3. Concretamente, como se tem referido o carisma fundacional da Comunidade à inserção na Igreja Local? Que tipos de tensão surgem e como são superados?
- 7.4. Em que medida pensa que os religiosos ajudam ou não ajudam a Igreja a ser uma Igreja no meio do povo, que assume características, valores e preocupações prioritariamente ligadas à grande maioria da nossa gente?
- 7.5. Que dificuldades específicas surgiram e que encaminhamento se encontraram para concretizar o necessário equilíbrio entre a dimensão universal da Comunidade (constituições e governo) e sua inserção na realidade nacional e local?
- 7.6. Em que medida as diretrizes básicas dos Planos de Pastoral de Conjunto da Igreja no Brasil estão presentes na elaboração das decisões e opções apostólicas de sua Comunidade e dos Religiosos do Brasil, em geral?
- 7.7. No esforço intercongregacional de promoção e animação da vida religiosa incentivado pela CRB, qual o grau de compromisso e participação de sua Comunidade? Ela sabe receber? Ele sabe dar também? De que maneira?
- 7.8. Em vista das ingentes tarefas da Igreja no Brasil, como vê sua Comunidade a soma de forças e mesmo de recursos humanos e materiais entre diversas Comunidades num projeto comum? Como explica certa constante de trabalho paralelo e, às vezes, até concorrente entre várias Comunidades, num mesmo setor e num mesmo lugar, com reconhecida deficiência de cada uma face ao objetivo pretendido? Que sugestões tem para superar este problema?

## **8. DIMENSÃO DE VIDA RELIGIOSA**

- 8.1. Quais as características mais válidas da vida religiosa no Brasil atualmente?
- 8.2. Avalie a contribuição real dos Religiosos para a promoção integral do homem brasileiro e para a superação efetiva de suas carências crônicas.
- 8.3. Avalie a presença específica dos religiosos na Igreja e no Brasil, como expressão significativa e inteligível do Evangelho vivido radicalmente.
- 8.4. Em base ao seu conhecimento e informação, defina ou descreva a concepção e imagem que da vida religiosa e dos religiosos como pessoas tem o povo no Brasil atual. Se necessário, categorize o povo e analise a diversidade respectiva das várias imagens.

# CAPÍTULOS GERAIS, ACONTECIMENTO DE IGREJA

**Escreve:**

**Cardeal Eduardo F. Pirônio**

**Prefeito da Sagrada Congregação**

**para os Religiosos e Institutos Seculares.**

**Este texto foi publicado**

**em Osservatore Romano, edição portuguesa,**

**em 5 de setembro de 1976, páginas 6-7.**

**Eram assíduos ao ensino  
dos Apóstolos,  
à união fraterna,  
à fração do pão  
e às orações, At 2, 42.**

Pus-me a pensar, perante o Senhor, que significa hoje na Igreja a celebração de um Capítulo. E a primeira coisa que me ocorreu, foi que um Capítulo interessa, antes de tudo, à Igreja e ao mundo. Quer dizer: não se trata de um simples ato de rotina, mais ou menos importante segundo os casos, mas sempre dentro da vida particular de uma Congregação ou de um Instituto.

A celebração de um Capítulo interessa antes de tudo à Igreja intei-

ra (é um acontecimento eclesial, ainda que a Congregação seja pequena e não esteja difundida em todo o mundo). Por conseguinte, interessa a todos os homens (é um acontecimento salvífico, ainda que a maior parte da gente na realidade não saiba o que é um Capítulo).

Por isso me decidi a escrever este artigo. Porque me custa pensar que um Capítulo preocupe só os capitulares (quando muito, os membros de um Instituto). E custa-me verificar que a maior parte dos Capítulos se celebram sem que ninguém — na Igreja e no mundo — chegue sequer a saber deles. Quando cada Capítulo deveria ser uma nova e mais profunda manifestação de

Deus aos homens na sua Igreja. Quer dizer, um “verdadeiro acontecimento”, uma página de esperança.

Não pretendo fazer uma “teologia do Capítulo”. É muito menos dar normas ou orientações práticas. Quero só oferecer estas simples reflexões pastorais, nascidas de um grande amor à Igreja e que se propõem sublinhar alguns aspectos de entre os que me parecem mais essenciais. Mais nada.

Um Capítulo é sempre uma “celebração pascal”. Por isso deve ser enquadrado num contexto essencial de Páscoa: com tudo aquilo que a Páscoa tem de cruz e de esperança, de morte e de ressurreição. Um Capítulo não é uma simples reunião de estudo, um encontro superficial ou uma revisão transitória de vida. Um Capítulo é essencialmente uma celebração pascal. Por isso mesmo, antes de tudo, uma celebração “penitencial” que tende para viver fortemente duas coisas: uma sincera atitude de conversão, e uma busca profunda e dolorosa dos caminhos do Senhor. Os caminhos do Senhor é necessário ir descobrindo-os todos os dias na dor e na esperança. Porque é uma celebração “penitencial”, um Capítulo é sempre feito na alegria e na sinceridade da caridade fraterna.

Como é importante sublinhar o aspecto penitencial de um Capítulo! Pelo que significa de sereno e profundo exame de consciência, com a conseqüente mudança de mentalidade e de vida, e pelo que significa de penosa busca da vontade de Deus nas exigências atuais da vida consagrada. Como tornar mais pro-

funda a nossa inserção no Cristo da Páscoa mediante a confirmação baptismal da vida consagrada? Que fazer para conseguir que a vida consagrada se torne hoje verdadeiramente um sinal da santidade de Deus e da presença do seu Reino?

Mas, autêntica celebração pascal, não é só o aspecto penitencial o que nos interessa num Capítulo. É toda a sua dimensão de novidade pascal — de nova criação no Espírito — e de esperança firme e comprometida. Todo o Capítulo tem que deixar uma sensação de vigor na Igreja, uma boa dose de otimismo pascal. Se o Capítulo se celebrou bem — em atitude de pobreza, de oração, de caridade fraterna —, será sempre uma re-criação do Instituto, que deve transbordar a sua riqueza espiritual sobre a Igreja e sobre o mundo.

Por isso, todo o Capítulo é um acontecimento salvífico, um acontecimento eclesial, um acontecimento familiar.

## 1. Acontecimento salvífico

Deus age ininterruptamente na história. Desde que Cristo veio ao mundo, na plenitude dos tempos, não cessa de reconciliar os homens e as coisas com o Pai. Cristo, exaltado à direita do Pai e constituído Senhor do universo, envia quotidianamente o seu Espírito sobre o universo inteiro e fá-lo habitar no interior de cada homem chamado a participar no mistério pascal de Jesus (**Gaudium et Spes, 22**).

Mas há momentos-chave na história da salvação: a vocação de

Abraão, a libertação do povo do Egito e a sua peregrinação no deserto, a entrada na terra prometida, a volta do desterro de Babilônia, a Encarnação redentora de Jesus com a sua Páscoa consumada em Pentecostes. Quando, com a efusão do Espírito Santo, começa a etapa da maturação da esperança, vão-se dando acontecimentos-chave para a fecundidade dos frutos da salvação. Assim, por exemplo, a celebração de um Concílio, a eleição de um Papa, ou uma perseguição religiosa. Nesse sentido, para os nossos tempos, o Concílio Vaticano II foi um acontecimento salvífico. (Infelizmente, como sempre acontece, ainda o não aproveitamos suficientemente).

É nesta linha — ainda que naturalmente à grande distância e num clima de extraordinária modéstia e simplicidade — que eu coloco um Capítulo. Constitui um momento de particular presença do Senhor e efusão do seu Espírito. Não só sobre a comunidade, mas também sobre a Igreja inteira. E, dado que a Igreja é essencialmente sacramento universal de salvação (**Lumen Gentium, 48; Gaudium et Spes, 45**), num Capítulo sente-se beneficiado o mundo inteiro.

Com a renovação interior de um Instituto — feita na profundidade, no equilíbrio e na audácia do Espírito — enriquece-se espiritualmente a Igreja. Por isso o mundo experimenta os seus frutos.

A celebração de um Capítulo é um momento forte na história da salvação, que um Instituto deve escrever “não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tá-

buas de pedra, mas em tábuas de carne, no coração” (2 Cor 3, 3).

Mas, para que o Capítulo seja verdadeiramente acontecimento salvífico, é necessário que nele entrem três elementos: a Palavra, o Espírito Santo, e a conversão.

**a) A conversão.** Começa por aqui a salvação. A Boa Nova, anunciada aos pobres, é para a salvação de todo o que crê (Rom 1, 16). Por isso exige conversão e fé (Mc 1,15). Um Capítulo é sempre, pela força do Evangelho, um chamamento à conversão. Os primeiros que, em representação de todos os seus irmãos, assumem a responsabilidade da conversão, são os próprios capitulares. Por isso, a primeira condição para eleger um bom capitular, não é a sua inteligência, mas a sua elementar capacidade de conversão. Um Capítulo mede-se não pela profundidade ou a beleza dos seus documentos, mas pela sua capacidade de transformar a inteligência e o coração de todos.

Isto é difícil? Humanamente sim. Por isso são necessários mais dois elementos: a Palavra e o Espírito.

**b) A Palavra.** O Capítulo é, antes de tudo, um modo de “escutar a Palavra de Deus e de a realizar” (Lc 11, 29). Mas de a escutarmos juntos, para podermos depois realizá-la comunitariamente. Quem deve presidir sempre um Capítulo é a Palavra de Deus, isto é, Cristo. Então o Capítulo será irresistível. Durante o Concílio, todos os dias se entronizava o livro dos Evangelhos, antes do início das sessões. Era um rito soleníssimo. Não conviria fazer o mesmo nos Capítulos? Porque,

num Capítulo, é Deus quem tem que falar. E fá-lo, antes de tudo, através da Sagrada Escritura, do Magistério eclesiástico, do Espírito, e do carisma dos fundadores. Fá-lo também através das exigências dos tempos novos na Igreja, dos acontecimentos da história e do diálogo sincero com os irmãos.

Isto supõe que todos, particularmente e em conjunto, se dão a meditar com docilidade a Palavra de Deus. Os momentos centrais de um Capítulo, são, por conseguinte, os momentos fortes de oração. Do contrário, multiplicar-se-iam desnecessariamente as palavras humanas e aumentariam as tensões. Far-se-ão talvez decretos e dar-se-ão orientações magníficas, mas a mente e o coração continuarão na mesma.

**c) O Espírito Santo.** O grande acontecimento salvífico — o mistério da Encarnação redentora culminado em Pentecostes — operou-se graças à ação fecunda do Espírito Santo. Assim também agora. A “novidade pascal” de um Capítulo não se verifica sem o poder recriador do Espírito. É necessário deixar-se conduzir por Ele. É Ele quem nos descobre a passagem do Senhor na história, quem decifra os sinais dos tempos, quem nos chamam à autenticidade da mudança na conversão. Um Capítulo é sempre uma obra profunda do Espírito Santo. Não é tarefa de gênios, mas de homens simples com capacidade de serem animados pelo Espírito. O Espírito da Verdade e do testemunho, da fortaleza e do martírio, da interioridade contemplativa e da profecia.

## 2. Acontecimento eclesial

Um Capítulo não é história particular de uma Congregação ou de um Instituto. Em sentido duplo: toda a comunidade eclesial tem alguma coisa a dizer num Capítulo (participa nele ativa, embora não imediatamente), e os frutos de um Capítulo beneficiam toda a comunidade eclesial. Por isso é absurdo celebrar um Capítulo sem ter em conta a realidade concreta da Igreja. A primeira pergunta num Capítulo é sempre esta: que quer Deus de nós neste momento da Igreja? O que é o mesmo que perguntar: que esperam hoje os homens de nós? Todos os Institutos nasceram de uma exigência concreta da Igreja num determinado momento da história.

Houve um período, a seguir ao Concílio, em que todas as Congregações realizaram Capítulos especiais de **aggiornamento**, procuraram interpretar a Igreja e se esforçaram por se “porem em dia”. Em parte conseguiram-no, mas em parte não. Ou porque avançaram demasiado, ou porque tiveram demasiado medo. Ou porque ficaram, só numa “adaptação” externa, ou porque tocaram perigosamente no carisma de fundação e o mudaram.

Quando afirmamos que um Capítulo é um acontecimento eclesial, queremos dizer três coisas: que um Capítulo deve olhar para Cristo, deve ter presente o mundo, deve integrar-se na comunidade cristã local.

**a) Olhar para Cristo.** A Igreja é, antes de tudo, o sacramento do Cristo pascal, isto é, sinal e instru-

mento da presença salvadora de Jesus. Por isso, um Capítulo procura renovar o Instituto mediante uma progressiva configuração com Cristo. É, no fundo, uma resposta ao seguinte: em que medida a nossa comunidade ou as nossas pessoas e as instituições manifestam e comunicam o Senhor? Por isso um Capítulo coloca sempre os Institutos perante a expectativa dos homens: "queremos ver Jesus" (Jo 3, 17; 12, 21). O primeiro questionário fá-lo Cristo, que foi enviado pelo Pai "para salvar o mundo, e não para o condenar" (Jo 3, 17). A sua pergunta fundamental é esta: "e para vós, quem sou Eu?" (Mt 16, 15).

**b) O Mundo.** Todo o Capítulo se insere num dado momento da história; procura interpretá-lo e responder evangelicamente aos homens que esperam a salvação. A Igreja oferece-se a eles como sinal e instrumento da salvação integral que Cristo Senhor nos trouxe. Por isso, um Capítulo — que busca sempre o Senhor no deserto mediante a ação transformadora do Espírito — coloca-se ao mesmo tempo perante o mundo. Esforça-se por descobrir nele os sinais dos tempos, a crescente expectativa dos povos, a angústia e a esperança dos homens. O Capítulo, porque é um acontecimento eclesial, não pode limitar-se a refletir para dentro os problemas específicos de uma Congregação. Tem que ser essencialmente uma reflexão evangélica sobre as necessidades e as aspirações da hora atual na Igreja. Tem que perguntar-se, por exemplo, o que é que na Igreja hoje significa evangelizar, quem são os pobres, que sentido têm a edu-

cação, a assistência social, a promoção humana, ou a libertação plena.

**c) A comunidade cristã local.** Toda a vida religiosa está inserida numa comunidade cristã concreta. Alimenta-se dela, cresce no seu interior e anima-a. Por isso a Igreja particular (ou uma comunidade local) tem muito que ver com um Capítulo. De algum modo, as suas aspirações e as suas riquezas têm que chegar ao Capítulo. Enquanto dura o Capítulo, toda a Igreja particular se interessa por ele e se coloca em oração. É um tempo privilegiado para a vida dessa Igreja: também sobre ela se dão uma particular efusão do Espírito e um forte chamamento à conversão.

A vida de um Instituto não cresce "ao lado" da comunidade local mas "dentro" dela; alimenta-se da mesma Palavra e da mesma Eucaristia, congrega-se, pelo Espírito Santo, no mesmo centro de unidade, que é o Bispo, "a que assistem os presbíteros" (*Lumen Gentium*, 21). Por isso um Bispo — com o seu clero e o seu laicado — não é um estranho ou um convidado para o Capítulo. Está ali, porque algo de verdadeiramente grande está a acontecer na Igreja. Por isso, também o encontro pessoal com o Papa — quando esse encontro é possível — não é um simples ato devocional, mas a manifestação de que um Capítulo é, antes de tudo, uma afirmação da comunidade eclesial.

### 3. Acontecimento familiar

Todo o Capítulo é um encontro de família. O seu centro é Jesus. "Os discípulos voltaram a reunir-se

com Jesus" (Mc 6, 30). Por isso, novamente, no centro deste encontro familiar estão a Palavra de Deus e a ação do Espírito Santo. Os membros de um Instituto reúnem-se para orar, para receberem comunitariamente a Palavra de Deus, para discernirem a atividade e as exigências do Espírito, para renovarem a alegria da fidelidade na vida consagrada e redescobrirem o próprio carisma, para escutarem juntos um novo chamamento à conversão, para se comprometerem mais vigorosamente na evangelização do mundo contemporâneo. Quer dizer, para pensarem mais em profundidade no mistério da Igreja, e, nela, as exigências específicas da consagração religiosa e o sentido sempre novo do carisma de fundação.

Este encontro familiar exige ser feito num clima de extraordinária pobreza, de oração contínua e de grande caridade fraterna. Assim se evitariam as tensões desnecessárias, as confusões ou ambigüidades, as improvisações superficiais. O clima de um Capítulo manifesta-se, a seguir, na "alegria e simplicidade de coração" (At 2, 47). A seriedade, o equilíbrio e a eficácia de um Capítulo dependem da profundidade da oração. Quer dizer, dependem de o Capítulo ser verdadeiramente uma celebração pascal.

Mas isto exige um espírito de verdadeira **pobreza evangélica**. A primeira condição que deve ter um Capítular é a de ser verdadeiramente pobre. Assim, será "ouvinte de Deus". Assim também, será "homem de diálogo". Quem entra num

Capítulo persuadido de que sabe tudo (e de que a sua é precisamente a verdade completa) não poderá nunca abrir-se à ação fecunda do Espírito da Verdade que Jesus nos prometeu (Jo 16, 13). Nunca poderá abrir-se com simplicidade aos outros. E os outros nunca poderão abrir-se-lhe com liberdade. A pobreza abre-nos para Deus na oração. O capitular sente a necessidade de orar, porque sente a responsabilidade da sua missão — a qual não é sua, porque alguém lhe confiou no Instituto e, fundamentalmente, na Igreja.

Um Capítulo supõe sempre um grande clima de **liberdade evangélica**. Que cada um possa, por fidelidade ao Espírito que fala nele, manifestar com simplicidade a sua própria opinião e receber com alegria a opinião dos outros. Que o Capítulo seja, na realidade, um fecundo diálogo no Espírito; diálogo que, no fundo, nasce de uma mesma experiência de pobreza, da consciência clara de uma mesma responsabilidade e de uma mesma atitude fundamental de estar "à escuta da Palavra de Deus". Ninguém possui na Igreja a verdade completa. Por isso os pobres, que, desnudados de si mesmos, se abrem exclusivamente ao Espírito Santo, têm tanto a dizer e com tanto de bom concorrem para o êxito de um Capítulo.

Outro elemento essencial, neste acontecimento familiar, é a **oração**. Já o dissemos antes: o Capítulo tem que ser um encontro com o Senhor, verdadeira celebração pascal, cujo centro está na Eucaristia. A vida de

um Instituto, tem que ser revista fundamentalmente à luz da Palavra de Deus. É ela que nos faz ver as coisas com clareza. É ela, sobretudo, que nos chama à conversão.

Finalmente, o encontro familiar de um Capítulo exige um clima de alegria e simplicidade na **caridade fraterna**. E isso facilita a liberdade do diálogo. A convivência dos capitulares no Espírito tem que ser um testemunho para os restantes membros do Instituto. Não que não exista diversidade de opiniões (é riqueza imprescindível de uma autêntica comunhão, fruto da pluriformeação do Espírito Santo), mas que tudo se desenrole num grande respeito mútuo, na simplicidade de dar e na alegria imensa de receber. Num Capítulo deve-se falar com clareza; mas sempre na linha de se transmitir algo da Palavra de Deus e da exigência do Espírito. Por conseguinte, não com a agressividade ou a euforia de quem se sente dono absoluto da verdade, mas com a humildade de quem tem muito que receber e se sente instrumento do Espírito Santo.

Esta dimensão de caridade fraterna não fica encerrada no âmbito imediato de um Capítulo. Estende-se a todos os membros do Instituto, aos quais os capitulares têm que interpretar, representar e servir. Por isso, mais uma vez, a um Capítulo não fazem falta gênios, mas sim homens pobres, capazes de serem assumidos pelo Espírito, com grande docilidade ao mesmo Espírito e com um grande sentido de compreensão e de serviço. Quer dizer, homens que vivam "segundo o Espíri-

to" e dispostos a morrerem para si mesmos ou a renunciar às suas próprias idéias, contanto que Cristo se forme no mundo e o Pai seja glorificado. São necessários homens sinceros: que amam a Deus e escutam os seus irmãos.

Há ainda alguma coisa mais. Esta linha de caridade fraterna levamos a pensar na situação concreta de uma Igreja particular (ou da Igreja universal) e na expectativa geral do mundo. Porque um Capítulo é sempre um modo de entrar em comunhão salvadora com todo o Povo de Deus e na universalidade dos povos que se encontram em peregrinação para o Pai. Voltamos à idéia fundamental do princípio: um Capítulo não é obra particular dos capitulares ou dos membros de um Instituto. É, antes de tudo, obra da Igreja, que interessa a todos os homens e a todos os povos.

Por isso, um Capítulo não pode ser improvisado nem feito às escondidas. Tem que ser conhecido por todos, por todos acompanhado com a oração e a cruz, por todos celebrado na responsabilidade da conversão, acolhido por todos na esperança.

Um Capítulo é sempre uma obra do amor de Deus que foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rom 5, 5). E por isso o Capítulo é uma página nova e magnífica na história da salvação. Todos o celebramos com gratidão e disponibilidade. Como Maria, a humilde escrava do Senhor, em Quem Deus fez maravilhas, e em quem brilhou para todo o mundo "a luz que nasce do alto" (Lc 1, 78).

Superior é o que zela, que serve,  
que anima, que promove a comunidade religiosa  
que quer ser uma realização histórica  
da comunhão trinitária  
em fraternidade livre e gratuita com os irmãos  
em serviço ao mundo.

# APRIMORAMENTO E LIDERANÇA DOS SUPERIORES LOCAIS

---

**Ir. Nilson Antônio Ronchi, FMS**

---

## 1. Historiando

Para promoção e dinamização da Vida Religiosa no Brasil, a Conferência dos Religiosos do Brasil, promoveu de 25 a 30 de junho de 1976 um curso de aprimoramento e liderança para superiores locais.

A figura de superior se nos apresenta desde alguns anos contrastante. Muito mudou no contexto da Vida Religiosa de hoje. Um bom número de Superiores, coordenadores, moderadores..., locais não se sente preparado para isto. É difícil assumir esta função, um tanto

desgastada no seu sentido e na sua imagem por um enfoque estático e/ou jurídicista da Vida Religiosa.

Em setembro de 1975, a CRB/Nacional fez e enviou um questionário a todos os Superiores Locais das três áreas metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. Este questionário abordava: a situação pessoal de Superior local, a preparação para sua função, sua função e missão atual, as prioridades e problemas que tem, o relacionamento em sua comunidade, as estruturas em que está inserido.

Com as respostas (95/700), foi suficiente para elaborar um projeto que atendesse às aspirações dos que nos responderam. Segundo as respostas, foram verificadas as seguintes linhas de necessidades:

a) Na linha de **relações humanas**: comunicação interpessoal, clima de comunidade, qualidade de presença, de direção, maturidade afetiva. b) Uma linha de **liderança**: teoria, dilema e estilo de liderança, planejamento, decisões, reuniões. c) Uma outra linha, a da **espiritualidade**: teologia da Vida Religiosa, oração individual e comunitária. d) E, por fim, uma linha de **Vida comunitária**: comunidade em si, comunidade e Igreja local, elementos essenciais e ação comunitária.

Com estes dados, pôde ser elaborado um curso que levasse a promover o crescimento vivencial das comunidades religiosas locais, por uma preparação ou aprimoramento dos respectivos Superiores em ordem à compreensão e desempenho de sua função, com motivação, capacidade e criatividade.

Em março de 1976, a CRB/Nacional lançou o curso e optou por um grupo homogêneo. Para isso, foram convidadas 16 Congregações (8 masculinas e 8 femininas) em que cada uma pudesse enviar 5 de seus Superiores locais. Isto favoreceria para uma realidade efetiva de participação e de multiplicação, na base, deste curso.

## **2. A experiência do curso de aprimoramento e liderança para superiores locais**

**Objetivando o curso.** Na busca de promover o crescimento vivencial das comunidades locais na Vida Religiosa, por uma preparação do Coordenador Local a fim de desempenhar sua função com moti-

vação, capacidade e criatividade, foram delineados os seguintes elementos básicos: **Relações humanas; liderança, comunidade e espiritualidade**, necessários para uma vivência integral da comunidade local, a fim de que esta seja verdadeira testemunha e eficiente servidora do povo de Deus.

**Conteúdo do curso.** Tendo em vista as necessidades apontadas nos questionários respondidos e os elementos básicos, um roteiro de conteúdo foi estabelecido. Assim, o conteúdo do curso estabeleceu os seguintes assuntos: a) Técnica vivencial de liderança. b) Clima comunitário. c) Vida comunitária. d) Planejamento comunitário. e) Autoridade e obediência. f) Espiritualidade da comunidade local.

**Traços fundamentais.** O curso pretendeu aprofundar de maneira integrada a dimensão religiosa e espiritual e a qualificação técnica de liderança e relações humanas. Uma realidade muito contrastante persegue a figura do superior local em nossos dias. Entretanto, já há muita clarividência a respeito, hoje. Não é por isso que não esteja um tanto desgastada. Verificamos isto nas expectativas e temores dos que participaram que manifestaram desejo de aprimoramento:

“Melhor preparação para atender e servir à comunidade. Perfeição e técnica para melhorar as reuniões e a vivência comunitária... Pela convivência com os participantes quero sentir a troca de experiências, de dificuldades e a busca de elementos que me ajudem a tornar-me um bom coordenador. Não que-

ro chaves mágicas mas, meios para criar ambiente de bom relacionamento... Quero uma renovação interior..." Outros desejos vem de temores: "Perder meu tempo; superficialidade, academicismo; não poder exercitar essas motivações em minha comunidade...". Poucos ainda notam certo desencanto: "Não tenho nenhuma esperança; minhas limitações não permitem renovação; medo, timidez..."

Tudo o que foi aventado até aqui nos leva a reunir a síntese do curso em dois traços fundamentais:

a) **Fundamentação teológica.** A missão do superior local está em íntima relação com a comunhão trinitária. Jesus Cristo revelando o amor do Pai que presente em nós se manifesta no amor aos irmãos (1 Jo 4, 11-13; 1,3). E o Superior, segundo sínteses pessoais dos participantes sobre seu papel central de Superior vem conferir este traço fundamental — é o que **zela**, que **serve**, que **anima**, que **promove** a comunidade religiosa que **quer ser** uma realização histórica da comunhão trinitária em fraternidade livre e gratuita com os irmãos em serviço ao mundo. Este projeto comum "koinonia" é em sua essência dom do PAI pelo Filho no Espírito Santo. Neste sentido, o Superior vive esta disponibilidade que é dom. Dom este vivido numa comunidade que assume em sua essencialidade a vida comunitária: a que perdoa, a que acolhe.

Nesta fundamentação teológica — expressão da vida trinitária — foram abordados três assuntos:

1) Vida comunitária — lugar onde se realiza a vivência e expressão do amor-doação do superior e dos irmãos.

2) Autoridade e obediência. Neste ponto fundamentou-se que o ponto de partida essencial para o religioso é querer fazer a vontade de Deus. Disto decorrem três exigências. a) Encontrar um mediador autêntico... b) Que possa realmente exercer a mediação. c) Mas sem pretender que seja perfeito. Dir-se-ia que as qualidades básicas do mediador seriam: a) acolhida da vontade de Deus; b) conaturalidade com o plano divino; c) capacidade mistagógica e psicológica.

3) Espiritualidade. A essência da comunhão teológica é dom do Pai pelo Filho no Espírito Santo. A comunidade encontra na oração uma expressão de sua vida, "vida nova" (Mt 5,23).

b) **Fundamentação técnica.** Nem sempre a formação nos levou para acompanhar o ritmo da evolução do mundo de hoje. Neste particular, sentimos muitas falhas. Ao lado de bons subsídios espirituais, teológicos, freqüentemente falhamos por falta de condições de formação no relacionamento interpessoal, nas maneiras e meios de exercer a liderança, nas técnicas de condução de reuniões eficientes e rápidas, na descoberta de melhores meios para vida comunitária humana, alegre, criativa, inserida. Obstáculos pessoais, situacionais em geral, bloqueiam toda uma vida comunitária porque os recursos disponíveis não são aproveitados ou por falta de técnicas ou porque desconhecidos.

Para esta fundamentação, foram abordados três assuntos:

1) Treinamento vivencial de liderança: conceito de pessoa humana, de liderança, características da liderança.

2) Clima comunitário. Como identificar o atual clima duma comunidade. É fator preponderante. Destaque para cinco climas possíveis: clima de rotina, clima orientado para a tarefa, clima apoiador, clima prático, clima motivado.

3) Planejamento e mudança planejada. Uma permanente busca de maturidade e de crescimento supõe constante mudança (conversão). Isto exige critérios (adaptabilidade, sentido de identidade, capacidade para examinar a realidade, integração interna) e processos (diagnóstico sistemático do sistema, análise das possibilidades e limitações, plano de ação). Certos princípios de mudança: a) Não há qualquer mudança sem a prioridade da mudança do clima. b) Não há mudança do clima sem a mudança de normas. c) Não há mudança de normas sem a mudança de comportamento grupal. d) Não há mudança de comportamento grupal, sem mudança do comportamento individual.

### **3. O curso de aprimoramento e liderança para superiores locais a partir da avaliação**

Uma experiência de 66 participantes de 16 Congregações diferentes deixaram uma nota de es-

perança na animação da Vida Religiosa, uma esperança de amor e doação em sua missão. Três características fundamentais foram projetadas:

1) Em relação ao proveito do curso em nível pessoal, os participantes declararam-se muito otimistas. Na inspiração do Espírito se propuseram a fortalecer-se intimamente, imbuir-se de espírito de fé, procurar recomeçar sempre, discernindo e, amando os membros de sua comunidade ajudando-os a crescer e despertando a consciência de cada um num processo de abertura frente aos carismas específicos de suas congregações e às necessidades da Igreja.

2) Em relação ao conteúdo, notou-se que atendeu em parte. Mas que de todos os temas pôde ser colhido muito para sua função. Importante verificar que a maioria dos participantes não teve conhecimento do questionário de onde surgiu o conteúdo do curso. Julgaram necessário dar mais tempo para aprofundamento dos temas abordados e que a própria função de superior fosse abordada mais claramente.

3) Quanto à impressão geral, verifica-se que o que mais contribuiu para o curso foi a verdadeira fraternidade vivida entre os participantes. Outrossim, para um aprimoramento deste nível é preciso ter em vista uma fundamentação teológica mais explícita e partir dos dados da consciência dos próprios participantes.

A experiência da descoberta do outro como sujeito, valor, mistério, é de tal profundidade que marca a vida das pessoas e do grupo. Quem bebe deste vinho fica inebriado.

Esta experiência, qualitativamente diversa da experiência da posse, amplia o horizonte do projeto de vida na direção de um existir humano autêntico. O exercício da amizade gera uma nova identidade na pessoa e no grupo.

## AMIZADE E PROJETO DE VIDA NO CONTEXTO DA VIDA RELIGIOSA

---

**Pe. Cleto Caliman, SDB**

---

Propomo-nos fazer algumas reflexões sobre a convivência fraterna na comunidade religiosa, focalizando especialmente a questão da **amizade** em relação ao projeto de vida, à luz da fé. Sem pretender abordar o conjunto da problemática, discutimos alguns aspectos e condicionamentos da vida fraterna de amizade que, por sua natureza mesma, são importantes para o amadurecimento da pessoa e da comunidade religiosas e, por isso, exigem contínua revisão.

Olhando para trás deparamo-nos, na formação para a amizade, com um longo caminho percorrido. Mui-

tas coisas já foram superadas, por obsoletas, frente aos novos horizontes da antropologia e das ciências humanas em geral. Novas dimensões de convivência fraterna surgiram para enriquecer a vida religiosa ao longo desses anos de mudança. Isso não aconteceu sem crises e angústias. Mas agora ficamos alegres, satisfeitos mesmo, pelos novos horizontes conquistados.

De fato, hoje o cultivo da amizade, longe de estar sob o olhar inquisidor da suspeita, é acolhido, mais ainda, incentivado como fator indispensável na formação da personalidade humana do religioso. Ninguém mais põe em dúvida que saímos de uma situação em que a mesma palavra "amizade" já vinha carregada de preconceitos. Ela não pertencia, no seu significado mais

comum, à "normalidade" da vida religiosa. Atualmente chegamos a uma situação em que a amizade se tornou uma **evidência** assumida e cultivada.

Mas justamente porque se tornou uma evidência é que estamos colocando a amizade sob a mira da crítica. Não porque duvidemos de seu valor, mas para verificar a autenticidade de seus pressupostos, do dinamismo que está em sua base e de seus fins. Na verdade, as evidências de nossa vida podem cair na rotina. Tornam-se então meros estereótipos, clichês. Num contexto dinâmico de vida, essas evidências deverão ser sempre de novo conquistadas, numa busca incessante de seu horizonte de compreensão e realização.

### 1. O horizonte de compreensão do homem e o cultivo da amizade

Em nossa vida torna-se evidente tudo aquilo que, no correr do tempo, mesmo depois de uma crise ou compreensão perturbada, vai se ajustando à "normalidade" da visão do mundo dominante. Esta orienta a apreensão dos valores ou pseudo-valores. A experiência de um dado valor, no nosso caso a amizade, tende a ser realizada em continuidade com o conjunto dos demais valores, como num meio homogêneo, sem cortes nem ruptura.

O homem, no entanto, não é um ser estático, parado, completamente ajustado ao seu meio ambiente, como o animal. Este vive em continuidade com a natureza. O homem se experimenta não só em continui-

dade com a natureza, mas também e sobretudo em descontinuidade com ela, com os outros e até com a própria história do seu passado pessoal. Esse dinamismo interior é sua consciência de si. É sua experiência inalienável. Essa experiência o orienta na busca de sempre novos horizontes de compreensão, que se deslocam juntamente com ele na história. Isso torna possível o progresso humano no modo como ele encontra a si mesmo, os outros, o mundo e, por fim, Deus.

#### 1.1. O homem: entre a ruptura e a unidade

O modo como vivemos a amizade depende muito da visão do mundo, que assumimos. Vamos tentar sistematizar dialeticamente duas interpretações do homem, a partir de sua experiência histórica, no contexto de duas visões do mundo, uma dualista e outra unitária. Numa, o homem faz a experiência de si mesmo como **ruptura**, cisão; noutra, o homem faz a experiência de si mesmo como **unidade** fundamental de ser.

A experiência mais imediata da existência histórica vivida como facticidade trágica é a da separação e ruptura dos princípios do ser humano. De fato, experimento uma descontinuidade dentro de mim, frente ao semelhante, frente ao mundo e, por fim, frente ao mistério do universo e de Deus. A explicação que se dá a essa experiência tem conseqüências para o modo como encarnamos os valores da vida.

Menos percebida, porém mais profunda, é a experiência da unidade do ser que o homem faz, a partir do mesmo esforço de superação da ruptura que atinge a sua existência histórica. Por essa experiência o homem se colhe como unidade, precária que seja, mas em realização. Assim o homem percebe possível de seu projeto histórico. Há um "dever-ser" para a unidade pessoal e comunitária que todos nós apreendemos no desejo de viver. Utilizamos essas duas linhas de interpretação em suas formas mais radicais:

a) Na articulação **dualista**, em que se tende a acentuar a ruptura no interior do homem até o ponto de, no platonismo, um dos elementos do "composto" humano ser situado para além do horizonte histórico. Nele a alma preexiste à unidade histórica artificial com o corpo. Nessa tendência, o presente histórico é referido às suas origens pré-históricas. Perde o seu valor. Deve ser anulado.

b) Na articulação **unitária** ou monista de algumas mundividências modernas a tendência é eliminar a tensão e o conflito entre o presente histórico e o futuro. Essa articulação tende a acentuar a continuidade entre o presente histórico e o futuro. O extremo dessa interpretação do mundo e do homem está na identificação dos horizontes do futuro com o presente. O presente histórico fica então sem valor. Ele não cria nada de novo. Não há nem mal, nem bem. Já é o fim.

Pelo visto, nas duas linhas de interpretação, o presente histórico é

desvalorizado, juntamente com tudo que nasce dele. Agora vamos relacionar essas duas articulações com o tema da amizade.

## 1.2. O corpo sob suspeita

A tradição que interpreta o homem a partir da experiência da ruptura tende a ser pessimista e a negar qualquer relação construtiva entre os pólos ou os princípios do ser humano. Tende a ver "alma" e "corpo" um fora do outro, em luta. A sistematização mais radical do platonismo, que aqui nos interessa pela sua influência no cristianismo, vê o espírito dissociado do corpo. Essa dissociação, projetada para além das origens históricas do composto humano, torna a relação entre alma e corpo na história apenas uma ligação estratégica.

Na verdade, o destino do homem-espírito é recuperar as suas origens. Nesta tarefa a matéria, da qual é parte o corpo, é impecilho. Os valores humanos verdadeiros, como a amizade, só têm sentido entre espíritos. Assim, a amizade platônica passa por cima do corpo.

Essa visão do homem, mesmo não sendo assumida em sua expressão radical, marcou o cristianismo em sua fase de transição do modelo de pensar bíblico para o grego. No pensar bíblico o homem, em sua totalidade, é criatura de Deus. Não há ruptura na sua origem. O homem histórico é decadente não por vontade ou decisão dos deuses, mas no exercício de sua liberdade. Destarte, enquanto o homem é referido a Deus, é uma unidade fundamental; enquanto é referido à sua experiência histórica, é ruptura.

O cristianismo, superando o pessimismo radical do platonismo, assimilou no entanto alguns elementos, que para o nosso assunto são decisivos. A alma, princípio espiritual do homem, o pólo da subjetividade, é associada ao além, onde está Deus transcendente e todo-poderoso. O corpo, princípio material do homem, o pólo da objetividade, é associado ao mundo do lado de cá. Duas realidades se delineiam: uma provisória, a outra definitiva. A história, bem como o homem decaído e decadente, não gera nada que preste. A salvação pertence ao outro lado.

A prática humana e religiosa do cristianismo se ajeita a essa articulação. Ela será então voltada para o seu centro, Deus, percebido como um além de nossa história, que nos resgata da queda original. Os valores humanos, no contexto desta concepção, perdem sua autonomia e se tornam meros reflexos de Deus. A amizade entre dois seres humanos só adquire significação como reflexo do amor de Deus. Deus é o espelho do nosso amor. Nós não nos vemos uns aos outros cara a cara, porque o "cara a cara" supõe o encontro no corpo e pelo corpo, e esse é suspeito. Ele é um "corpo de morte".

### 1.3. O futuro nas mãos?

Dizíamos que o homem sempre conquista novos horizontes. Ele os funde no contínuo remanejar da vida. O cristianismo, mesmo aculturando-se ao mundo grego, já não viveu mais a experiência da ruptura do ser humano como caso per-

didado. Ele tinha a tradição anterior da mensagem bíblica, em que o homem não é originariamente interpretado como ruptura, mas como unidade harmônica frente a si mesmo, frente ao irmão, frente ao mundo e, por último, frente a Deus. A ruptura foi interpretada como fato histórico, colocado pelo homem que decai de seu projeto original. Mesmo que ele não possa salvar por si seu projeto, Deus o faz pelo Filho. A encarnação devolve ao homem a possibilidade de levar adiante, até sua realização plena, o projeto pessoal e comunitário da humanidade.

Ora, essa perspectiva abre a imaginação para uma concepção do homem a partir de uma unidade possível, percebida no projeto e vivida na esperança. O cristianismo viu isso a partir da sua tradição religiosa. Os filósofos modernos tentam captar essa possibilidade não mais a partir de Deus e da tradição religiosa revelada, mas a partir do próprio homem.

O homem moderno não mais aceita um horizonte que lhe seja imposto de fora, para que ele realize determinadas tarefas já pré-determinadas. Ele se experimenta como centro, fundamento e criador do universo de significação em que se move. O mundo assim percebido começa então a ser organizado não mais a partir de uma ordem objetivamente pré-fabricada, mas a partir da razão e da subjetividade que se movem e criam novas condições de existência.

Agora o homem não só vive as condições de sua existência, mas

também as estuda cientificamente através das ciências e cria condições subjetivas e objetivas para novas experiências no campo da humanização. Na verdade, quando dizemos isso, queremos afirmar que o homem agora toma consciência de que é capaz de delinear um projeto de vida, estudar as condições de sua realização e orientar essa mesma realização. O futuro parece-lhe ter chegado às suas mãos.

Neste contexto, a vivência de valores humanos como a amizade não constitui mais um dom dos deuses ou do Deus de Jesus Cristo, mas um valor que o mesmo homem, no processo de seu próprio amadurecimento, cria, cultiva e orienta para uma realização possível.

#### 1.4. O presente: uma moeda desvalorizada

Os dois modelos de interpretação do homem, que estão servindo de base para nossa reflexão sobre a amizade, possuem seus valores. Na medida em que se tornam pontos de referência, por abstratos que sejam, são instrumentos que auxiliam o homem na interpretação do sentido de sua vida. Seu mérito foi justamente o terem focalizado o homem na sua radicalidade. De um lado, um deles foi capaz de colher no homem o elemento de ruptura e pecaminosidade como determinante da existência humana, projetando o homem para além de si mesmo na história de seu passado pessoal, descobrindo-lhe as causas de sua situação atual. Cada qual acolhe uma experiência do mal no interior de si mesmo. Do outro la-

do, a experiência da unidade fundamental da vida no amor faz convergir os elementos de interpretação do mundo para a felicidade do homem.

Os dois modelos de interpretação, no entanto, possuem um vício comum: ambos afastam o homem das condições concretas de sua existência. Na medida em que o afastam do apelo da história, distraem-no da urgência dos problemas da vida presente. Eles nos conduzem à fatalidade e à banalidade. De um lado, a ruptura fundamental sempre tende a se repetir no presente e contra ela não há remédio; do outro lado, a projeção da unidade radical do futuro para o presente histórico tende a nos iludir, na medida em que assume forma enganosa nas reconciliações superficiais do presente.

O presente, em ambos os casos, perde seu mistério fascinante, para se tornar uma fatalidade ou uma evidência cientificamente planejável.

Ambos os modelos se tornam concretamente geradores de normas de convivência humana. Geram uma superestrutura, uma "lei". Essa "lei" dá origem a evidências e a uma falsa consciência a respeito dos pressupostos reais da situação em que vivemos. Assim nos acostumamos a nos guiar segundo as normas práticas dessa "lei" (que, na verdade, são teoricamente deduzidas do modelo ideal). A partir dela deduzimos como deverá ser a nossa vida fraterna de amizade. A lei interior pouco ou nada teria a nos dizer em relação à descoberta da originalidade do outro. O nosso

relacionamento de amizade já estaria planejado.

Para o dualismo extremado seria uma contingência estratégica, até que cheguemos ao perfeito amor de Deus, para depois, nele, amar também os outros. Para o monismo integrista seria um imperativo absoluto do nosso futuro. A ele vamos chegar infalivelmente.

### 1.5. À procura de um lugar onde o amor se verifica

Perguntar pelo passado ou pelo futuro sem a mediação da experiência concreta da vida presente constitui, quando menos, uma alienação. O projeto de vida pessoal e comunitário só adquire sentido a partir da descoberta do outro e da comunidade humana mais ampla. A descoberta do outro e da comunidade humana mais ampla não se dá sob condições ideais, mas na vida concreta, onde as pessoas vivem e se encontram. Cada pessoa tem seu **lugar**, no qual e a partir do qual é vista, percebida e situada. É aquele meio onde as pessoas se movem, onde nascem o amor e o ódio; o acolhimento ou a indiferença; a justiça ou a injustiça. Onde a pessoa é vista como objeto ou como sujeito.

É na vida real que o **amor se verifica**. Ele não existe e não se qualifica no quadro de modelos abstratos, mas a partir da descoberta do irmão em sua situação, na medida em que tal descoberta gera simpatia para com o outro, colhido no seu quadro real de vida: na pobreza, na marginalidade, na opressão e assim por diante.

Dessa forma, o amor está na raiz do protesto e da solidariedade para com o irmão necessitado. Esse amor assim especificado não poderá ser mero fator de superação da ruptura pela anulação do outro, opressor e explorador, criando uma falsa unidade entre os homens; nem mesmo poderá ser uma simples realização estética da unidade; mas deverá ser um sinal que anuncia a unidade possível que somos chamados a construir.

Vivemos na América Latina, onde a harmonia é, no mais das vezes, ideologicamente pregada como camuflagem da ruptura real existente entre privilegiados e deserdados; ricos e pobres; dominados e dominadores. Esse é o nosso lugar histórico. O nosso projeto de vida deve nascer dele, na fé.

O projeto de vida religiosa não pode desconhecer essa realidade. Sua apreensão poderá ser, para o religioso, um ponto de partida para questionar seriamente os modelos de convivência fraterna que ele vive. Não é verdade que estamos muitas vezes ligados aos meios ricos de comunicação social? Não é verdade que eles nos transmitem, na convivência entre os sexos, na cultura, no lazer, na visão dos valores, modelos de vida que nos podem levar à inércia na realização de nossa missão, pela ambivalência que lhes inere? Para o religioso, isso constitui um desafio ao seu discernimento.

Concretamente, no contexto da atual experiência de vida religiosa na América Latina, discernir cristãmente implica um confronto crítico do projeto de vida inspirado no

modelo capitalista pequeno-burguês de convivência, com a vida do povo e as com exigências da vida religiosa. Isso nos conduz a uma reflexão, em primeiro lugar, sobre a relação entre amizade e projeto de vida; em segundo lugar, sobre a relação entre amizade e os fins da vida religiosa.

## 2. Amizade e projeto de vida

Quando nos reunimos em comunidade a "normalidade" do modelo dominante tende a se impor como evidência. Isso acontece sempre que, no projeto de vida pessoal e comunitário, os fins não são explicitados com clareza e definição e quando se perdem os elementos de identidade pessoal e comunitária. Há sempre o perigo de uma diluição dos objetivos e finalidades quer da pessoa do religioso quer do grupo, dentro do sistema dominante. O sal perde então o seu sabor.

Sem cair no negativismo, vamos fazer uma crítica de dois tipos de projeto de vida. Um primeiro marcado pela vontade de posse e cuja tendência é essencialmente expansionista; ele se explica ao nível do ter. Um segundo marcado pelo encantamento estético frente ao outro. Este se explicita ao nível do ser e constitui um passo importante no amadurecimento da pessoa; mas se não for referido a uma finalidade que o transcenda, poderá se tornar estéril.

### 2.1. Um projeto de vida expansionista

O primeiro projeto de vida, de natureza expansionista, incide praticamente na história de todos os homens. Historicamente temos uma expressão dessa tendência no modelo capitalista e pequeno-burguês de vida, em que a convivência é marcada pelo interesse do indivíduo e pela competição. Esse projeto, visto como uma etapa no processo de auto-superação do homem, pode abrir-se para um segundo modo de ser frente ao outro. Visto como uma forma consumada de levar a vida, impõe suas regras de jogo na articulação de toda a vida.

Numa sociedade estruturada a partir do projeto de vida expansionista, a realização humana é entendida como uma realização do indivíduo que conquista seu espaço vital. Sua realização extremada é totalitária. Por mais verniz cristão que se lhe passe por cima, nunca será uma realização cristã. Ele contraria frontalmente o projeto de vida cristão. O cristianismo é permanente superação de níveis de realização. Ele aponta sempre para novos horizontes, até encontrar Deus em Jesus Cristo.

Na comunidade religiosa poderemos salvar as aparências, uma vez que, mesmo pessoas egoístas não são destituídas de bom senso. E o bom senso aconselha que façamos um arranjo existencial, limitando as pretensões de cada um. Mas a esse nível de convivência as pessoas não se encontram a não ser na superfície. Cada qual se reserva a si mes-

mo. Não há presença real de um ao outro. Os participantes do grupo apenas se tocam externamente, à procura de demarcação do próprio espaço de ação. A concepção de autonomia coincide com a posse do espaço para agir. Esse projeto de vida está marcado pelo "ter", não ainda pelo "ser". Nele as coisas são fins e as pessoas são meios para a posse das coisas que constituem a sua felicidade.

## 2.2. Um projeto de vida romântico

Nós somos chamados a superar positivamente o nível do ter, numa autêntica busca de realização comum da fraternidade religiosa. Assim crescemos para um nível de abertura para o outro, em que ele não mais é percebido como objeto, mas como sujeito, isto é, alguém que interpela a nossa consciência pessoal. Daí poderá nascer uma autêntica amizade.

Essa experiência da descoberta do outro como sujeito, pessoa, valor, mistério, é de tal profundidade que marca a vida das pessoas e do grupo. Quem bebe desse vinho fica inebriado. Nesse encontro sentimentos realizados como pessoas. Essa experiência, qualitativamente diversa da anterior, a da posse, amplia o horizonte do projeto de vida na direção de um existir humano autêntico. O exercício da amizade gera uma nova identidade na pessoa e no grupo.

Esse nível constitui uma conquista para a comunidade, mas poderá encerrar uma tentação. Essa experiência rica e profunda pode cor-

rer o risco de se tornar estéril, caso os participantes se contentem apenas em estar presentes a si mesmos, como num momento estético de amizade. A apreensão da dimensão romântica da convivência não deixa de ser um valor, mas pode corroer a relação de cada um e da comunidade religiosa com os fins da pessoa e da comunidade. Isso acontece na medida em que o amor romântico de amizade coloca limites ao mesmo crescimento da fraternidade para a sua missão específica.

A relação romântica gera auto-satisfação. As pessoas implicadas olham-se como num espelho, à procura da reprodução das condições ideais de vida comum. Elas ficam encantadas umas com as outras. O **encantamento** mútuo, na medida em que não for superado, impede a passagem para outro nível de realização do projeto comum. Seria então um ser que se esgotaria no gozo romântico do outro. Faltaria alguma coisa essencial para a realização da missão própria do cristão e do religioso. Neste sentido, seria um "ser-sem-finalidade".

## 2.3. Uma encruzilhada

E chegamos a uma encruzilhada. A expectativa é que o religioso consiga amadurecer para uma vida apostólica, num autêntico relacionamento de amizade profunda, superando as fases do ter e do "ser-sem-finalidade", enquanto se empenha na realização da missão pessoal e comunitária. Mas poderá acontecer também a outra possibilidade: o prazer ingênuo de estar juntos (como é bom estarmos aqui!) na comunidade, numa percepção mú-

tua mais ou menos estética e romântica, com o correr do tempo, gera cansaço e decepção. Os participantes vão adquirindo a sensação de estar sempre expostos aos outros, lesados na sua intimidade. Na multidão. Nasce conflitos e contrariedades que independem da vontade dos participantes e tem suas raízes nas camadas mais profundas ainda não conquistadas e conscientemente assumidas da personalidade; camadas onde age a nossa vitalidade ainda não domada e, porque não, desviada pela situação decadente do homem pecador.

Quem faz tal experiência de vida comunitária, sem chegar a superar o nível de realização do "ser-sem-finalidade" para a realização da missão, poderá chegar ao ceticismo. Nesse caso, voltará atrás. A comunidade passa a ser para ele uma espécie de **massa damnata**. Ela não é capaz de prover a realização de seu ser pessoal; enquanto ele não é capaz de sair de si para uma realização pessoal dos fins. A solução que proverá ao seu projeto de vida será uma maneira deficiente de ser: um "ser-sozinho".

Isso acontece porque uma autêntica relação interpessoal de amizade no contexto da comunidade tornou-se impossível para tal religioso. Para salvar do fracasso tal vida religiosa o caminho talvez seja, para alguns, esconderem-se no amor de Deus, garantindo o último dos valores da vida e do amor. Essa relação com Deus, nessa situação, adquire sentido humano enquanto poderá ser um caminho para a descoberta do outro histórico, que se tornou uma presença "ausente" a

interpelar. Ao mesmo tempo, não deixará de ser um protesto vivo contra a pretensão muito humana de realizar a amizade fraterna num horizonte meramente humano.

De qualquer forma que se interprete tal situação, cremos que os leitores concordarão que ela não poderá ser definitiva. Ela deverá ser superada por uma busca contínua, já que a amizade fraterna na vida religiosa, bem como em toda a vida humana, nunca poderá ser reduzida a uma evidência dada, automática. Ao contrário, ela se nutre da gratuidade da presença dos outros, sempre criticamente conquistada nas condições reais da vida do religioso, no contexto histórico onde ele se encarna.

### 3. A amizade e os fins da vida religiosa

Chegamos, na reflexão anterior, a duas exigências para o amadurecimento da personalidade do religioso: a superação do nível de realização do ter e do "ser-sem-finalidade". Agora nossa reflexão se encaminha para dois aspectos importantes do projeto de vida religiosa.

Um decorre da antropologia. O projeto histórico da pessoa e da comunidade só adquire sentido quando implica a realização de um "ser-com-finalidade". Isso quer dizer que nosso projeto de vida não caminha para o absurdo, mas está voltado para um objetivo que nos faz ultrapassar os limites de nós mesmos e encontrar autenticamente o outro, a comunidade e, neste mesmo encontro, faz-nos encontrar Deus, como o fim último. Esse "ser-

com-finalidade” inclui essencialmente a realização de uma tarefa histórica, chamada em nosso linguajar cristão, “missão”.

E aqui nos encaminhamos para o outro aspecto do projeto de vida religioso. Este é demarcado pelo horizonte mesmo da vida religiosa: a história e a fé. A missão é apreendida e interpretada na confluência desses dois elementos do nosso horizonte de vida. Ambos exigem uma análise da situação concreta da vida do povo, onde concretamente tentamos realizar nossa missão. A provocação da realidade, apreendida com os olhos da fé, impele-nos a elaborar um projeto de vida pessoal e comunitário marcado pela entrega de si.

### 3.1. Colocação dos meios e fins

Tínhamos focalizado nossa reflexão em torno do conceito de projeto de vida. Ora, esse conceito carrega consigo o problema dos meios e fins para conseguir a realização do projeto. Surge então a questão: como se situa a amizade neste contexto?

O exercício da amizade fraterna é algo totalmente gratuito em si mesmo, quando o analisamos a partir dos sujeitos que se defrontam. Mas isso ainda não é tudo. Não podemos isolar em nossa vida alguns setores. O método de isolar os setores da vida e analisá-los em separado poderá nos enganar quanto ao processo como se cria, se aviva e se alimenta uma dada dimensão da existência humana. Afirma-

mos que a meta última da pessoa humana e cristã consiste na realização do amor, pois só ele permanece. Contudo, esse objetivo último da vida, quando enunciado assim de forma tão abstrata, por mais bonito que seja, não deixa de situar-se longe do seu contexto existencial, onde deve realmente articular-se; não deixa de ser um objetivo distante do seu lugar histórico. Para realizá-lo ocorre articular meios e fins. Isto é óbvio em qualquer agrupamento humano.

E aqui faz-se mister de novo alertar contra a infiltração do dualismo, capaz de sempre conseguir dividir o campo de ação. Estamos habituados a colocar os fins derradeiros simplesmente no além, o lugar da transcendência, já que não os conseguimos realizar totalmente na história. Os meios, esses sim, é que pertencem à nossa história. Assim dividimos o campo de trabalho de Deus e o campo de trabalho do homem.

Para realizar o amor ocorre articular os meios para alcançar esse fim, não no além, mas no aqui e agora da nossa vida, uma vez que aquilo é definitivo, absolutamente importante nesta nossa vida não nos é dado senão na provisoriedade do acontecer da história. A salvação não se realiza no além, mas já está presente na história, onde age o poder de Deus, manifestado em Jesus Cristo.

O exercício do amor fraterno implica, pois, na descoberta e na análise das condições históricas concretas onde devemos realizar nosso projeto de vida.

### 3.2. Realização histórica dos fins

Colocados os meios em relação aos fins da vida religiosa, a fase seguinte consiste em pôr mãos à obra para realizar os fins. A vida religiosa tem por objetivo a realização de uma convivência fraterna no seio da comunidade eclesial, que seja sinal do Reino. A comunidade religiosa não se realiza sem realizar essa sua missão primordial: afirmar vivencialmente que o amor é historicamente possível e que ele tem um futuro para além do horizonte que nosso olhar é capaz de perceber.

A vivência da amizade na vida religiosa não é, portanto, meramente realizadora do projeto pessoal de vida ou mesmo comunitário. Ela se coloca sob o prisma do sinal. Por isso será tanto mais autêntica quanto mais procurar encarnar-se na vida. Ela deverá sempre estar à procura de uma forma histórica significativa.

Mas como será essa forma histórica significativa? A essa pergunta só poderemos responder provisória e circunstancialmente. Não existe uma resposta válida para todas as situações. A tarefa é justamente descobrir como, depois de uma análise ou leitura da situação, vamos concretizar a nossa amizade fraterna, para depois de algum tempo, quem sabe alguns dias, retornar a perguntar sobre seu sentido, sua autenticidade. Assim ela será um caminho que aos poucos se conquista e se faz na resposta ao apelo

do outro em sua vida real, no seu caminho.

### 3.3. Realização do Reino

A última colocação é sobre a relação da amizade com a realização do Reino, que nada mais é do que Deus como horizonte último da realização do projeto humano. Por conseguinte, o Reino só se realiza num sistema histórico de meios e fins. Não existe o Reino apenas como conceito. Por isso, de certa forma, podemos dizer que a realização do Reino coincide com a realização da fraternidade humana; ao mesmo tempo, no entanto, a transcende infinitamente, na medida em que Deus é diferente de tudo aquilo que tentamos dizer: "Isso é Deus", "isso é a realização final". Deus como aquele que é inatingível, nos provoca sempre para além de nós mesmos. Ele afirma para nós que o homem só se realiza frente ao outro como sujeito que responde ao apelo de ser presença, ao mesmo tempo que nega que essa presença seja capaz de realizar a totalidade do ser-homem.

O horizonte de Deus nos diz que a amizade humana, por mais profunda que seja, não é ainda a última, mas a penúltima realização da pessoa. Ao mesmo tempo afirma que, na penúltima realização da pessoa e da comunidade humana está em gestação a última realização, a consumação. Assim a presença de Deus na vida do homem reafirma seu valor quando este tenta ser, com autenticidade, junto com os outros.

# SEPAR, SEMINÁRIO DE PASTORAL PARA RELIGIOSAS

**Ir. Jeanne Marie Tierny**  
Ordem de Santa Úrsula  
**Elisabetha Pasa**

Franciscana da Imaculada Conceição

## **Como surgiu a idéia**

A idéia surgiu a partir de um pedido feito pela Madre Maria Clementina Benuci, Superiora Provincial das Irmãs Ursulinas da União Romana, de uma ajuda na preparação pastoral de algumas Religiosas que arcaíam com uma fundação no Maranhão, em julho de 1976. A mesma aspiração manifestava a Provincial das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, Hermengarda Alves Martins, que igualmente, em julho de 76, ia assumir no Mato Grosso, a fundação do mesmo tipo de pequena comunidade, em Itiquira, a serviço de uma paróquia sem padre residente.

Pensou-se então em organizar um seminário intercongregacional de Pastoral para Religiosas: SEPAR. Outras Congregações aderiram a esta iniciativa: Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena; Servas de Maria Reparadora; Congregação do Sagrado Coração de Maria; Congregação de Santa Catarina de Alexandria; Irmãs da Reparação dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria e Franciscanas da Imaculada Conceição.

A diocese de Ilhéus, através do seu bispo Dom Valfredo Tepe, OFM, deu uma indispensável colaboração, recebendo as religiosas numa experiência e conscientização,

- 
- ◆ Penso que o SEPAR atende a uma real necessidade, vista a experiência vivida em anos recentes por não poucas Congregações Religiosas.
  - ◆ Julgo extremamente positivo que esta iniciativa seja assumida em conjunto e em todas as suas conseqüências por diversas Congregações interessadas no seu objetivo.
  - ◆ Felicito o SEPAR pelo realismo e objetividade dos temas e sobretudo pela índole vivencial pretendida por todo o conjunto.

**PE. MARCELO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ,**  
Presidente Nacional da CRB, por ocasião  
da abertura dos trabalhos do SEPAR,  
5 de março de 1976.

---

vendo nisto um benefício para as próprias Irmãs da diocese já inseridas no trabalho das paróquias. A coordenação do SEPAR ficou a cargo de Irmã Jeanne Marie Tierney, Ursulina, que trabalhou vários anos na CRB-CNBB nacionais e de Irmã Elisabetha Pasa, Franciscana da Imaculada Conceição, formada em psicologia e ex-diretora de colégios.

### **Qual foi o objetivo do SEPAR?**

Sendo o objetivo do Seminário, preparar Religiosas para a Pastoral, suprimindo lacunas culturais e pastorais através de uma experiência concreta, os únicos requisitos exigidos foram: **1.** Suficiente grau de

maturidade. **2.** Capacidade de vivência comunitária. **3.** Espírito missionário.

O objetivo específico do SEPAR tornou-se evidente: "Formar pequenas comunidades de Religiosas, capazes de se inserir na realidade local, em vista de uma animação pastoral.

### **Dimensões do Seminário**

O Seminário visou um **treinamento** para a vivência em pequena comunidade a serviço da Pastoral, treinamento este que deveria proporcionar: **a)** o aprofundamento do objetivo da fraternidade; **b)** o projeto de vida comunitária; **c)** o projeto

de vida apostólica; **d)** o critério de adaptação dos projetos; **e)** a revisão periódica.

A montagem, organização material e orçamento da pequena comunidade, seriam deixados à responsabilidade de cada grupo. As Irmãs iriam morar em casas pequenas, sua manutenção ficando a cargo da respectiva Congregação.

O Seminário visou também uma **aprendizagem pastoral prática**, proporcionando contatos com o povo no meio do qual as Irmãs estivessem inseridas, e estágios nos fins de semana. Este duplo treinamento seria explicitado por uma **didática intensiva**, para a qual contaríamos com a colaboração de professores religiosos e religiosas do Rio de Janeiro, assim como da própria Diocese de Ilhéus.

### **Realização do Seminário**

Foi cursado por 27 religiosas pertencendo a 7 congregações, cuja **faixa etária** foi a seguinte: de 35 a 40 anos: 4 irmãs; de 40 a 50 anos: 13 irmãs; de 50 a 60 anos: 8 irmãs; de 60 a 65 anos: 2 irmãs.

Como **preparação intelectual**, 15 irmãs tinham o curso primário, às vezes incompleto; 5 irmãs, o ginasial; 2 irmãs, o colegial; 7 irmãs, o normal; 1 irmã, a faculdade de teologia; 2 irmãs, o ISPAC.

O Seminário funcionou no Centro de Treinamento de Líderes de Ilhéus. O total das participantes foi portanto de 29, incluindo os 2 membros da coordenação.

### **Avaliação final**

**Como o objetivo do SEPAR foi percebido pelas participantes?**

A grande maioria percebeu a dupla dimensão do Seminário: treinamento para a vivência comunitária e preparação para o trabalho pastoral; duas apontaram só a dimensão comunitária; uma, só a dimensão pastoral e uma, das de maior nível cultural, não citou nenhuma das duas dimensões.

Seguem na íntegra duas formulações sobre o objetivo, a primeira, feita por uma professora formada, a segunda, por uma Irmã com o curso primário e que sempre se dedicou a serviços domésticos. O objetivo do SEPAR foi: "Criar fraternidades onde a primazia é dada à adoração do Pai, à vida fraterna, à Pastoral junto ao povo." A segunda foi: "Dar às Irmãs chamadas à vida Pastoral, a conscientização de sua escolha e responsabilidade da missão, nas suas dimensões de vida de oração, comunitária e apostólica".

Outras expressaram o objetivo, apontando a mudança operada em si mesmas.

"Despertar e suscitar mais ânimo, zelo, espírito de serviço missionário, acentuando o testemunho de vida". "Preparar as Irmãs de Pequenas Comunidades para trabalhar com maior autenticidade com o povo nas paróquias onde há pouca assistência do Padre e conscientizá-las de que para Evangelizar é preciso ser evangelizada e enviada, e que o trabalho deve ser planejado com o vigário e em vista da realidade da região.

## Qual o ponto alto do SEPAR?

1 — O ponto alto do SEPAR, para quase todas foi a espiritualidade que o perpassou. Foi aberto e concluído por retiros que marcaram as Irmãs. A Liturgia diária foi variada e vivenciada. Percebeu-se que as aulas eram todas orientadas no sentido de capacitar as pessoas para uma visão de fé no trabalho pastoral: promoção e evangelização. Assim se expressaram as Irmãs:

“A espiritualidade muito profunda levou à uma vivência de fé numa adesão radical a Cristo”. O clima de fé, de procura autêntica da vivência cristã em profundidade, ajudou a assimilar com clareza a mensagem de todos os professores.

2 — Todas apontaram como grande riqueza do SEPAR o fato de ser intercongregacional. Foi uma manifestação do Espírito Santo na Igreja de hoje. Reinou um clima de abertura progressiva, de amor, de ajuda e respeito mútuo, de alegria. Todas sentiram-se à vontade e dispostas a remar no mesmo barco. Os membros das duas comunidades intercongregacionais disseram ter crescido bastante através dos desafios que se apresentaram e da busca conjunta para solucioná-los.

3 — A acolhida da **Diocese** e o apoio do **Pastor** através da orientação espiritual, foram salientados. As Irmãs perceberam que a equipe de coordenação era disponível, paciente, entrosada, assumindo a experiência com simplicidade e confiança em Deus.

## Quais as principais repercussões pessoais?

Na avaliação sobressaiu a modificação interior, a **metânoia** progressiva que se operou nas Irmãs sob o influxo do Espírito Santo. Assim se expressaram:

**Aprofundamento da vida espiritual:** “Recebi mais luz, confiança em Deus, mais experiência para ver as coisas de mais perto”. “O Seminário foi para mim, uma luz e um grande e contínuo questionamento”. “Mudou a minha mentalidade levando à maior interiorização, discernimento, espírito de pobreza, disposição profunda para empregar a minha vida na auto-evangelização e na evangelização dos irmãos”. “Sinto que não sou nada sem oração”. “O objetivo foi atingido na medida da minha fraqueza. Sinto que recebi algo que começa a brotar com muita força”. “Com a conscientização de minha responsabilidade diante de Deus e dos outros, sinto uma abertura maior e mais desejo de me doar”. “Saio com maior amor à minha vocação”. “O SEPAR ajudou-me a crescer e a me abrir para o outro”. “Tenho mais visão, mais empenho para o estudo, mais zelo para o serviço da Igreja”.

**Preparação para a vivência em pequenas comunidades, que sejam efetivamente fraternidades:** “Abriu horizontes para a vida comunitária, deu mais clareza sobre a vivência em fraternidades e experiência da mesma”. “Me fez crescer para assumir com as outras Irmãs a comunidade”. “Levou-me a uma vida comunitária mais consciente, mais criativa e partilhada”. “Tive a oportu-

nidade de praticar mais o voto de pobreza". "O Seminário ensinou-me a ver melhor a vivência em pequena comunidade e a ser coerente com Deus e com as Irmãs".

**Aprofundamento do Espírito Missionário:** "Foi um grande estímulo para tentar fazer algo pela Igreja". "Deu-me oportunidade de encontrar os mais pobres. Vi a vida dos pobres de mais perto". "Levou-me a um desejo de me doar mais ao serviço da Igreja". "Abriu horizontes para o trabalho com o povo simples". "Estou mais consciente da grandeza da missão, da necessidade de conversão diária e da confiança do Espírito Santo".

**Clima geral:** As Irmãs constataram um crescimento na abertura e sinceridade, na compreensão e no perdão mútuo. O grupo, no seu conjunto, bem como cada membro, se sentiu questionado e isso foi percebido como sendo ação da graça. A alegria, apesar dos contratemplos, cresceu durante os quatro meses. O Seminário abriu horizontes e despertou a necessidade de analisar a realidade e planejar o trabalho. Ajudou a "tomar o costume de pensar, refletir e sintetizar". A experiência foi julgada bem pensada. "O Espírito opera maravilha nos corações simples".

### **Qual o marco doutrinal?**

Foi elaborado pelas 27 Irmãs após reflexão e oração pessoal, trabalho de grupo, síntese em plenário. Marco Doutrinal da Irmã de Paróquia que vive em pequena comunidade inserida no meio do povo no Brasil, hoje:

**Oração.** Que a Irmã se dedique a uma vida de oração que a leve a uma intimidade sempre mais profunda com o Senhor Jesus e que a disponha para captar e responder aos apelos da realidade.

**Vida comunitária.** Que a Irmã se esforce em construir progressivamente sua comunidade através do perdão, da confiança, de uma comunhão de amor, à imagem da Trindade.

**Missão.** Que a Irmã seja testemunha Evangélica através da sua resposta aos apelos da realidade, na construção da comunidade paroquial, promovendo-a e evangelizando-a num processo de planejamento feito em entrosamento com o bispo, o vigário e a congregação, a fim de levar esta comunidade a uma vivência na fé. Disso brotará a realização da Irmã de paróquia como religiosa a serviço da pastoral.

### **Prospectiva**

Cada Irmã foi convidada a refletir sobre o que convém mudar e o que convém conservar para um futuro SEPAR. Apresentamos as conclusões do grupo.

**O que seria bom melhorar num outro SEPAR.**

1 — O Seminário foi considerado puxado quanto ao **conteúdo** e à **dinâmica** empregada. Frente à importância dada às disciplinas, à didática e ao treinamento, a fim de que nada fosse cancelado, as Irmãs pedem para que o Seminário tenha maior duração. Assim sendo, permitirá:

a) Assimilação e aprofundamento das matérias, consagrando para isso a parte da tarde, com estudo dirigido. b) Uma ampliação do programa pastoral, especialmente Catequética, proporcionando às Irmãs oportunidade para aulas práticas, visto a necessidade de apresentar uma mensagem fiel, clara e organicamente elaborada. É um desafio para quem não tem suficiente base intelectual e que, no entanto, possui grande facilidade para relacionar-se profundamente com o povo.

2 — Os estágios devem ser melhor planejados desde o início, especialmente para as principiantes, e mais acompanhados. O relato por escrito dos estágios semanais, deve ser mais analisado.

3 — As comunidades que não tiveram oportunidade de morar junto ao povo onde faziam seus estágios, sentiram este fato como uma falha.

Em geral, as comunidades pediram para serem mais acompanhadas nas suas revisões periódicas. Todas pedem para que o horário dos estágios seja o mesmo para todos os membros da comunidade, a fim de proporcionar semanalmente um dia inteiro para uma convivência fraterna e os trabalhos caseiros.

### **O que deve continuar**

1 — Uma forte espiritualidade iniciada por um retiro prolongado durante todo o SEPAR, pelo clima de oração e as liturgias diárias, e que tenha como ponto alto, o Retiro conclusivo.

2 — O cumho inter-congregacional que proporcionou uma rica con-

vivência comunitária e o conhecimento de várias congregações. Isso ajudou a relativizar os limites da própria Congregação e daí a analisar melhor seu carisma e firmar-se nele e na congregação.

3 — A Diocese de apoio que tem espírito missionário e ofereceu uma Pastoral orgânica, numa abertura que facilitou a participação de algumas, nos numerosos cursos e treinamentos para Agentes de Pastoral que se realizaram na época do Seminário. Isso foi devido à grande disponibilidade do Bispo, dos Padres e das equipes de Coordenação Diocesana.

4 — A escolha das disciplinas e do conteúdo e a cooperação dos professores, tanto de fora, como da Diocese.

5 — A não seleção de nível intelectual das participantes.

6 — O benefício de uma experiência feita com meios humanos precários, mas assumido com espírito de fé e em equipe.

Várias Irmãs expressaram o desejo de que outras pudessem receber o que elas receberam no SEPAR. "Que as Irmãs de minha Congregação participem do SEPAR". "Que o SEPAR seja espalhado em diversos Estados". "A experiência repetida do SEPAR poderia ser valiosa para muitas religiosas no Brasil".

### **Reflexão da coordenação**

Fazendo um retrospecto, podemos apontar as principais dificuldades que se apresentaram às participantes do SEPAR.

◆ A média de idade sendo de 50 anos, e não havendo seleção quanto ao nível de instrução, várias irmãs chegaram, manifestando reticência e interrogações: Como vai ser o SEPAR? Estarei à altura para aproveitar? Não estarei perdendo tempo aqui, enquanto outras Irmãs assumiram o meu trabalho? Será válido ter interrompido os estudos de recuperação em curso?

◆ O medo prevalecia, bem como uma apreensão a respeito do cunho **inter-congregacional** do Seminário.

### Exigências do Seminário

◆ O horário das aulas obrigava algumas Irmãs a saírem de casa até 1 hora e meia antes do início das mesmas. O horário era integral, das 8 às 17 horas com intervalo para o almoço e ajuda nos trabalhos do Centro de Treinamento.

◆ Mudança no regime de vida. Para algumas, acostumadas a trabalhos caseiros ou atividades pastorais, o ter que ficar horas a fio ouvindo palestras, foi muito duro.

◆ As condições materiais nas pequenas comunidades eram precárias: várias irmãs no mesmo quarto, falta de chuveiro quente, etc.

Fazer uma parada prolongada, confrontar-se, ser questionada, conviver com irmãs de outras Congregações, entrar no processo de reflexão, romper com esquemas já prontos e aprender a planejar suas atividades, observando a realidade antes de agir, foram desafios que as Irmãs enfrentaram com generosidade.

### Pontos de apoio

a) O primeiro ponto de apoio foi a **generosidade** das irmãs, estimulada ainda mais pelo fato de pertencerem a congregações diferentes. Muitas entraram no processo de conversão sem se deterem com preconceitos ou justificativas.

b) O clima criado pelo **relacionamento**: após as aulas e nos fins de semana nas pequenas comunidades, e durante o dia no grupão, pelos cantos, animados e bem variados, pelo serviço nas equipes litúrgicas, sociais e de secretaria. Todas as Irmãs saíram do Seminário satisfeitas, pois o ambiente favoreceu-lhes o crescimento pessoal e permitiu a ajuda e apoio mútuos.

c) O fato de que a maioria das Irmãs tinha o **mesmo nível cultural**, permitiu uma expressão espontânea sem que alguma pudesse se sentir tolhida.

d) As aulas eram perpassadas pela mesma fé, o mesmo objetivo, as Irmãs iam descobrindo a convergência de pensamentos. A competência e dedicação dos professores religiosos e religiosas, na maioria provenientes do Rio e Aracaju e muitas vezes, com total gratuidade, marcou as Irmãs.

e) A situação geográfica do Centro de Treinamento na calma do sertão, à beira do rio, e principalmente o clima de comunidade fraterna criada e incentivada pelo bispo, as equipes diocesanas e os seminaristas, tornou-se um dos principais pontos de apoio.

## Benefícios

Como benefícios mais evidentes podemos observar:

a) O crescimento no interesse pelo seminário como o atestou a frequência ao mesmo, que se manteve quase total. Só 2 Irmãs se ausentaram temporariamente, por sérias razões. Algumas tiveram que vencer grandes dificuldades para manter esta frequência, especialmente as que pertenciam à Diocese de Ilhéus, pois faziam seu estágio de fim de semana nas suas respectivas paróquias, afastadas de Ilhéus.

b) Como pessoa humana, as Irmãs cresceram todas e chegaram a se abrir; nas últimas semanas, até mesmo as mais caladas faziam colocações em plenário. Elas descobriram melhor seu valor feminino e aceitaram-se mais como "mulher". Através do estudo da Religiosidade Popular, várias Irmãs viram valorizadas suas próprias raízes e isso contribuiu para seu desabrochar; umas, tolhidas pelo medo sob várias formas, conseguiram superá-lo em parte.

c) Todas, seguindo seus próprios depoimentos, passaram por uma **metânoia**; algumas, que nada viam de errado em si mesmas, descobriram seus limites e fraquezas; outras tomaram melhor conhecimento de seus problemas. No esforço de oração, convivência, trabalho em equipes, algumas fizeram experiências espirituais profundas. Umas, levadas a apreciar sobretudo a instrução, descobriram que o essencial para a própria realização está na entrega ao Espírito Santo, efetivando-se no

serviço aos irmãos. Quem possuía maior instrução, entrou num auto-questionamento, percebeu melhor que a cultura não é o principal, e que pessoas simples, se aproximam e chegam a entender o povo.

Com referência aos meios de vida espiritual, nem todas as Irmãs conseguiram um ritmo diário de oração pessoal prolongada, e nem todas as pequenas comunidades, tempos diários de oração comunitária. Caminharam no exercício do discernimento para se acostumarem a sentir a presença do Pai nos acontecimentos, e a descobrir Sua Vontade através dos apelos da realidade, interpretados à luz da Palavra.

## Convivência

1) O desafio da convivência fraterna em nome do Senhor Jesus, seja nas pequenas comunidades da mesma congregação, seja nas duas comunidades inter-congregacionais, apresentou-se sem dúvida alguma, como sendo a dificuldade maior e mais constante. É preciso ter um espírito de fé muito agudo, que faz ver além das aparências, que se dispõe a servir e a perdoar mil vezes, para conviver em nome de Cristo, no ambiente restrito de uma casinha pobre.

2) Custou mesmo e não foi totalmente vencida, a dificuldade de captar que, um mesmo ideal de Vida Religiosa pudesse se revestir de formas diversificadas. A realidade do pluralismo, a possibilidade da união na diversidade, foram dificilmente entendidas por algumas irmãs.

## Pastoral

Como preparação pastoral, a possibilidade de analisar a realidade colocada tanto quanto possível, no seu contexto, captando as causas, permitiu considerar de maneira diferente as pessoas marginalizadas. As Irmãs perceberam que não se trata de dar a tais pessoas uma atenção paternalista, mas de ver que elas são vítimas do pecado social, e de lutar pela justiça.

Desta visão mais ampla, nasce a conscientização dos limites pessoais frente aos problemas, e a necessidade de trabalhar em equipe e de modo planejado. Planejar, foi uma aprendizagem difícil para várias Irmãs; gastar tempo para captar a realidade, fazer reuniões a fim de analisá-la para chegar a uma opção em vista da ação, tudo isso é ascese difícil, sobretudo para pessoas de certa idade, acostumadas num trabalho individual, rotineiro, e, muitas vezes, planejado por outros.

Quase todas as Irmãs convenceram-se da necessidade de entrar num processo de planejamento e, se poucas estão à altura de desencadeá-lo, muitas estão dispostas a acompanhá-lo e a dar-lhe sua contribuição. Apesar de que os valores tradicionais da Vida Religiosa não predispunham a descobrir os valores do povo, as Irmãs foram levadas a estudar formas da religiosidade popular, e a ver como poderiam ajudar no amadurecimento da fé neste contexto, e portanto, a servir o povo sem atitudes de superioridade.

## Conclusão

Embora tendo tido uma montagem precipitada: 2 meses, o SEPAR tinha que ser realizado com urgência, a fim de atender a fundações já aceitas em áreas missionárias. Nas suas avaliações, as participantes mostraram o quanto souberam aproveitar desta parada, para se conscientizar da sua missão e firmar atitudes de vida.

Paralelamente à descoberta das dificuldades da missão e das limitações pessoais, houve um aprofundamento da fé e da confiança no Senhor, que age através de nossa fraqueza, e faz grandes coisas quando vivemos unidos e trabalhamos em equipes, em Seu nome. Cabe às Congregações, capacitar seus membros para servir o povo com uma fé esclarecida, ajudando-o à sua auto-evangelização e promoção. Muitas Irmãs têm uma enorme capacidade de comunicação da fé, de irradiação do amor de Deus. Vários padres sublinham que o povo confia mais nelas do que neles.

A didática de um Seminário com duração de vários meses, que permite uma formação através do diálogo reflexivo sobre a convivência comunitária pastoral, convém especialmente em vista de formar Irmãs vocacionadas para a Pastoral direta. É necessário, um acompanhamento pós-Seminário, dado, tanto pelas dioceses de inserção, quanto pelas respectivas Congregações.

De novo sublinhamos que o SEPAR realizou-se graças à união

num mesmo ideal de adequação da Vida Religiosa no mundo de hoje. Foi assumido especialmente pelo Bispo diocesano, a Provincial das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus e as 2 coordenadoras. Beneficiou-se de muitas colaborações gratuitas. Parece ter sido uma manifes-

tação do Espírito do Senhor Jesus, cuja força atua na fraqueza dos meios.

O SEPAR pode ser um incentivo para que outras congregações em comunhão com a Igreja-local, proporcionem às suas religiosas, semelhantes treinamentos.

# A ORDEM DAS MERCÊS NO BRASIL.

## INSTALAÇÃO, EXPANSÃO, EXTINÇÃO

---

Riolando Azzi

---

Existem dois institutos religiosos que deram uma contribuição bastante respeitável para a história religiosa do Brasil, e correm perigo de serem progressivamente olvidados: a **Ordem das Mercês** e a **Congregação do Oratório**. As demais ordens religiosas que trabalharam no Brasil durante o período colonial e imperial não correm esse risco, porque foram restauradas desde o princípio da república. Tal é o caso dos carmelitas, beneditinos e franciscanos.

Os jesuítas, supressos em 1759, em Portugal e expulsos do Brasil colônia, já durante o império voltaram a exercer suas atividades no Brasil. Quanto aos capuchinhos, sua atividade não sofreu praticamente

interrupção, pois foram utilizados durante a época imperial na atividade missionária, para suprir a ausência dos jesuítas (1).

Caso distinto é o da **Congregação do Oratório**, supressa oficialmente durante a época imperial, não sendo restaurada posteriormente, e o da **Ordem das Mercês**, supressa parcialmente em fins do século XVIII, e que se extinguiu no período imperial por falta de novos elementos que viessem dar nova vitalidade ao instituto.

Não obstante, ambas congregações tiveram um significado importante na história dos religiosos do Brasil. Os Padres do Oratório atuaram no Nordeste, com centros de irradiação na Bahia e em Pernambuco. Os mercenários ou mercedários trabalharam no Norte, tanto no Pará como no Maranhão. No pre-

sente estudo queremos dedicar atenção especial aos Padres das Mercês, por sua atuação na área missionária e educativa (2).

## 1. A chegada dos mercedários

O primeiro aspecto que chama logo a atenção no estudo da **Ordem das Mercês** no Brasil é sua origem espanhola. Em geral, durante o período colonial, os portugueses foram muito ciosos em manter a unidade luso-brasileira, não tolerando a presença de grupos representativos de estrangeiros. Não obstante, a **Ordem das Mercês** conseguiu fugir a essa regra, justamente porque sua introdução no Brasil se deu durante o período em que Portugal esteve sob o domínio espanhol, e justamente numa região de fronteiras ainda não muito bem delimitadas: a Amazônia.

Fundada em princípios do século XIII por Pedro Nolasco e Raimundo de Penhafort, a **Ordem das Mercês** foi uma das primeiras que vieram trabalhar nos domínios de Espanha no novo mundo.

Os mercedários “vieram para a América logo desde o descobrimento, no ano de 1531, por ocasião da conquista do Peru levada a efeito por Pizarro e Diogo de Almagro. Desde então entram eles logo a difundir a luz do evangelho por aquelas vastíssimas regiões, como se exprime Bento XV, deixando da sua passagem monumentos perduráveis em muitas cidades da América Latina” (3).

Desde o século XVI, portanto, estavam dedicando suas atividades

no vice-reinado do Peru, que se estendia do Panamá à Patagônia. Os portugueses só chegaram à Amazônia em princípios do século XVII. Petro Teixeira destacou-se como o grande explorador da região.

“Em 1639, escreve Arthur Reis, quando Pedro Teixeira visitou Quito, a Ordem alcançara êxitos surpreendentes. O cabo lusitano encheu-se de entusiasmo, lembrando-se de trazer para Belém aquela gente que se cercava de tanta glória. E, passando à materialização da idéia, com seus companheiros peticionou a 24 de janeiro de 1639 ao Provincial, para que a Ordem abrisse casa na capital da capitania paraense, “pelo grande fruto que esperamos em Deus e sua Santíssima Mãe, que se há de fazer em almas dos moradores da dita cidade e conversão da gentildade que há grande número, e perecem por falta de doutrina que já aguardam pela misericórdia de Deus e de seus ministros...”. Prometiam-lhe “sítio para dita fundação, e terras para todo o gênero de lavouras e gado para sustento do dito convento”.

Frei Francisco Munhoz de Bana, vigário provincial dos mercedários, despachou favoravelmente. Agradecia “como pede o santo zelo do senhor capitão mor e dos demais capitães e oficiais da armada portuguesa, por ser tanto do serviço de Deus Nosso Senhor e de sua SS. Mãe e bem das almas dos infiéis, e que para a fundação dava e deu religiosos que para tão santa obra convém...” (4).

A 16 de fevereiro de 1639 Pedro Teixeira iniciava a volta para o Pará. Acompanhavam-no quatro reli-

giosos das Mercês: dois sacerdotes, frei Afonso de Armijo e frei Pedro de La Cirne, e dois irmãos leigos, frei João da Mercê e frei Diogo da Conceição, que faleceu na viagem. Os dois sacerdotes eram destacados missionários.

Frei Armijo, superior da missão, "havia voltado da Espanha onde tinha sido procurador geral de todas as religiões daquele reino no ano de 1634, varão doutíssimo, religiosíssimo e sumamente pobre, muito zeloso da honra de Deus". Frei Pedro de La Cirne "que desde então se chamou Santa Maria, natural de Pana, o qual tinha trabalhado muitos anos na doutrina dos índios, era de boa saúde, e costumado a sofrer rigores de diversos climas contrários" (5).

Aportaram em Santa Maria de Belém a 12 de dezembro de 1639. Com a morte quase imediata de frei Afonso, frei Pedro assumiu a direção da Ordem no Brasil.

## 2 A mudança política

O momento para a entrada dos mercedários no Brasil era favorável, pois o governo de Portugal estava nas mãos de Felipe IV de Castela. "Esta corporação, escreve Cândido Mendes de Almeida, dependia de um provincial residente na Espanha e formava com os conventos do Pará uma vicaria ou comendatória" (6). Convém recordar que desde 1621 a colônia fora dividida em dois territórios: o Estado do Maranhão, compreendendo o Maranhão e o Grão Pará e o Estado do Brasil.

O primeiro convento dos Mercedários fundou-se em Belém do Pará em 1640. Nesse mesmo ano, porém, mudava-se o panorama político, pois explodia a revolução que separou Portugal da Espanha. A posição dos religiosos espanhóis tornou-se precária, e o governo confiscou-lhe o patrimônio ainda em formação.

"Realmente D. João IV, informado da fundação, mandou chamar à sua presença frei Rua de Cirne para ouvi-lo e seguramente certificar-se dos perigos ou não que haveria com a presença dos missionários espanhóis em pedaços de seu cobiçado ultramar. O procurador do Conselho Municipal de Belém, Felipe da Costa, com um requerimento de cento e oito cidadãos e povo feito ao governador Gomes Freire de Andrade, solicitou então que não se efetivasse a expulsão. O governador, ante o requerimento, expôs a Lisboa os acontecimentos, advogando igualmente a presença dos mercedários, que se criavam um clima de simpatias.

"Frei Rua de la Cirne, por seu lado, frente a S. Majestade, falou das intenções da ordem, que colaborava na obra de civilização, sem atender a preocupações de natureza política, que pudessem dar margem a desconfianças, temores ou mesmo quaisquer perigos. D. João IV, compreendendo os sentimentos que animavam os mercedários, ótimos elementos para a conquista espiritual daquele longínquo distrito de seu império, fez expedir um alvará a 9 de dezembro de 1645 que autorizava a permanência no Pará e lhe assegurava a proteção e amizade da

coroa através seus delegados na colônia. A Ordem em consequência, segura de seus direitos, atirou-se à faina missionária” (7).

### 3. A instalação dos mercedários

Em 1648 o rei D. João IV mandou restituir aos mercedários o convento de Belém, e permitiu-lhes a fundação de outros no Estado de Maranhão. De fato, apoiados na autorização régia, os mercedários fundaram ainda dois conventos: um em Alcântara, em 1659, e outro em São Luís do Maranhão, em 1664. Além dos três conventos, os mercedários fundaram ainda dois hospícios no norte do Brasil: um, na vila de Camutá, no Grão Pará, e outro, em Santo Antônio de Cumã.

Com autorização de D. Pedro II em 1682 e de D. João V em 1746 os mercedários fundaram ainda um hospício em Lisboa para quando tivessem que passar para a Espanha, “bem que depois fossem obrigados a abandonar pela viva rivalidade da Ordem da Santíssima Trindade, que também se ocupava da redenção dos cativos, e mais antiga que a das Mercês (8).

Desde 1640 frei Pedro de la Cirne e frei João da Mercê tinham erigido em Belém, na orla do mar, o convento e a igreja das Mercês. Obra singela como todas as edificações do tempo, era feita de taipa e pilão, com cobertura de palha. No século seguinte, tendo a Ordem atingido grande prosperidade econômica, decidiram fazer uma nova construção. Os mercedários encomendaram os desenhos a Pedro Ludovico, filho do arquiteto do real Convento de Mafra.

Os trabalhos foram iniciados em 1748. O traçado elaborado por Pedro Ludovico em Lisboa era demasiadamente ambicioso para as condições econômicas da colônia, e isto contribuiu provavelmente para a rejeição do projeto. Parece que tal contratempo ocasionou a suspensão das obras, pois no ano de 1753 somente a parte inferior das paredes estava de pé. Foi quando chegou a Belém o arquiteto Antônio José Landi, de regresso de sua viagem do Rio Negro. Convidado pelos mercedários, aceitou à tarefa de preparar novos planos, que desta vez se concretizaram (9).

“A igreja das Mercês, escreve Ernesto Cruz, assinala um período bem significativo da formação histórica e espiritual da vida paraense. Relembra uma época de fundamentais realizações: a conquista da terra e a catequese dos índios. Ao lado dos arcabuzeiros de Portugal marchavam os missionários de Cristo. E enquanto aqueles solidificavam o domínio de El-Rei, impondo aos nativos e aos estrangeiros invasores a força persuasiva das suas armas, os missionários cinzelavam as almas com o buril da religião.

“E os missionários quando levantaram o seu convento tinham chegado de uma dessas conquistas espirituais. A igreja das Mercês, foi pois, o corolário dessa epopéia. É que seus alicerces foram cavados pelas mesmas mãos que chantaram a sagrada cruz na gloriosa bandeira de Pedro Teixeira. Ainda lhe sentimos aquele sabor de conquista do Amazonas” (10).

#### 4. A atividade missionária

A principal obra dos Padres Mercedários no norte do Brasil foi a atividade missionária. A essa atividade dedicaram-se no Grão Pará mais ou menos pelo período de um século. Após ter estabelecido alguns conventos, os mercedários iniciaram em seguida o trabalho de aproximação e catequese dos índios.

“Assim em 1663 frei Teodósio da Veiga penetrou no Urubu, afluente da margem esquerda do Amazonas, tomando contacto com a gentildade regional. Logo a seguir, organizou um núcleo no rio Negro, o núcleo de Aruim, com os Tarumás, núcleo que seria mais tarde transferido para a foz do Jahu, a cidade de Airão. Ainda no rio Negro, trabalhou frei Raimundo das Mercês. No baixo Amazonas, estabeleceram as aldeias de Amatary Aribá e Uratumã. Na costa boreal de Marajó, situaram um povoado. Os de Anibá e Uratumã prosperaram pouco, juntaram as respectivas populações em uma só, na aldeia de Saracá, originando o que seria depois a vila e atual cidade de Silves” (11).

Os padres mercedários foram os pioneiros na catequese dos índios no rio Negro. A data de 1693 é muito importante na história das missões do Amazonas. Em março desse ano el-rei D. Pedro II fez uma repartição das missões do Amazonas entre as várias ordens religiosas.

“Couberam aos Padres das Mercês as de Anibá e Urubu. Missionavam esses padres cinco aldeias de

Tapuias mansos, nos rios afluentes do Amazonas, um dos quais era o Matary”, diz Berredo nos Anais Históricos do Estado do Maranhão (12). Os mercedários foram mantidos portanto nas duas casas do rio Negro e Urubu, autorizando-se-lhes ainda a tomar conta do vale do rio Negro, caso os jesuítas renunciassem a essa missão.

“E querendo os Padres da Companhia este tal distrito, afirma o decreto real, tendo para eles missionários competentes, o deixareis à sua disposição com a advertência porém que fareis conservar nele os dez religiosos das Mercês que atualmente estão fazendo missão por esta parte”. E quando os padres da Companhia não queiram o tal distrito, ou não mandem para ele os padres que forem necessários, procurareis que os das Mercês continuem a missão que têm, a qual nunca se lhes será tirada” (13).

Ao invés da Companhia de Jesus, foram os carmelitas que tomaram a seu cargo o distrito do rio Negro. Os mercedários continuaram apenas com os núcleos que já possuíam no Baixo Amazonas, deixando o sítio de Aruim. A 25 de janeiro de 1696 o rei louva-lhes os serviços realizados em Urubu, onde “procedem como bons religiosos”. A 18 de fevereiro do mesmo ano sua Majestade mandou entregar ao procurador que mantinham junto à corte 100\$000 por parte de suas côngruas.

Ao fim do século, portanto, os mercedários desenvolviam uma atividade missionária digna de destaque. “Suas tarefas, conclui Reis, não

podiam evidentemente ter a extensão e importância das tarefas das outras comunidades religiosas. E isto porque não dispunham de pessoal abundante. E tanto assim que mais de uma vez foram intimados a remeter maior número de missionários para os cometimentos catequistas" (14).

Durante o século XVIII parece que progressivamente o interesse econômico suplantou o ideal missionário. Em 1751, o bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Maranhão, num elenco das aldeias fundadas no Amazonas, enumera "uma aldeia no sertão dos índios Urubu, missionada pelos Padres das Mercês".

Mas a atividade missionária foi violentamente encerrada com o decreto de 10 de julho de 1757, que expulsava todos os religiosos do sertão do Amazonas. Todos os seus bens foram seqüestrados (15). Em seguida, o decreto de 14 de agosto de 1758 cortou-lhes também o auxílio econômico que a Fazenda Real lhes dava.

## 5. A atividade educacional

Além da atividade evangelizadora, os Padres da Mercês destacaram-se também pela atividade educacional. "É conveniente recordar aqui, escreve Arthur Reis, que os mercedários distinguiram-se como educadores. A casa de Quito era um dos grandes centros de trabalho cerebral do reino vizinho. Em Belém, não esquecendo essa ocupação espiritual, além das pregações e confissões a que se entregaram, abriram escolas para os filhos dos

colonos, a título de noviços, ensinando bons costumes e latim".

E em seguida acrescenta:

"No tocante à educação da juventude, prosseguindo a tarefa que lhes tinha marcado os começos de atividade no extremo norte, transformaram o convento de Belém num grande centro de ensino, onde estudavam os moços paraenses que ali dispunham de uma ótima biblioteca, compreendendo os campos da história, da geografia, das ciências naturais, da filosofia, da teologia, do direito canônico, das latinidades. Os clássicos franceses, latinos e lusitanos estavam presentes. Algumas centenas de volumes, além do que constava da cela de cada religioso. Consta o catálogo dessa biblioteca do inventário existente na B. A. Paraense. Um setor magnífico, enfim, da alta cultura, que dignificava a Amazônia" (16).

Esta atividade educacional não se limitou à capital do Grão Pará. Devidamente autorizados, ergueram hospícios na vila de N. S. da Vigia e em Santa Cruz de Cametá, obrigando-se a manter nesses estabelecimentos, escolas para os filhos dos colonos. O colégio mais importante em Belém do Pará era o de Santo Alexandre, fundado pelos jesuítas em 1653, onde mantinham também aulas de filosofia e teologia moral. Religiosos mercedários e outros clérigos seculares freqüentavam as aulas dos jesuítas (17).

Todavia, após a expulsão da Companhia em 1759, parece provável que o convento das Mercês se tenha tornado num dos principais centros de cultura e formação

religiosa da capital paraense, até a supressão da Ordem no fim do século. Nascido em Cametá, o bispo D. Romualdo Coelho, um dos pioneiros do movimento reformador no Pará, recebeu em sua juventude influência religiosa dos Padres das Mercês.

## 6. O enriquecimento da Ordem

Durante o século XVIII a Ordem das Mercês passou a enriquecer-se progressivamente cada vez mais. Possuidores de enormes fazendas de gado, os religiosos passaram a exercer verdadeiras atividades comerciais. Em meados do século os mercedários já eram os maiores proprietários de gado da ilha de Marajó (18).

Em vista disso, o governo passou a cobrar-lhes os dízimos do gado. Também os carmelitas e os jesuítas eram proprietários de enormes fazendas na Amazônia. Foi esse aliás, um dos motivos que levou o governo lusitano a afastar os jesuítas e demais religiosos da atividade missionária.

É bastante expressivo o documento do ministro Tomás Joaquim da Costa Corte Real ao governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 2 de agosto de 1758:

“O ajuste que V. Sra. tinha feito com os regulares da Companhia, na forma que avisou em 7 de junho do ano próximo passado, e agora novamente se refere em carta de 18 de outubro do mesmo ano, para pagarem como os outros moradores os dízimos do gado que tinham na

ilha Grande de Joanes; e da mesma sorte que haviam feito os religiosos do Carmo e Mercês, foi presente a S. Majestade que me ordena diga V. Sra. obrara bem nos termos que se apresentavam ao tempo em que fez o ajuste; porém nas circunstâncias que hoje se apresentam deve V. Sra. exhibir a esses cobiçosos regulares o título que tem para possuir currais naquela ilha: deve excluí-los dela, no caso de não mostrarem título legítimo com dispensa de lei, e deve no caso que tal título mostrem, privá-los absolutamente de recolherem todo o gado de orelha redonda pelas fraudes que tem praticado para usurparem à Fazenda Real como farão a todo o tempo que haja governo capaz de consentir-lhe. Sendo por isso necessário excluí-los inteiramente deste comércio de gado, alheio de seu estado, e só próprio de sua ambição” (19).

Embora o documento seja dirigido diretamente contra os jesuítas, não deixa de expressar a forte animosidade existente por parte do governo contra as grandes propriedades dos religiosos e sua administração. Para se ter uma idéia dos bens dos religiosos no norte do Brasil, e especialmente dos mercedários, é bastante expressivo o “inventário” feito pelo governador do Maranhão, D. Fernando Antônio de Noronha e enviado ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho em ofício de 6 de julho de 1797:

“Os franciscanos nada possuíam fora dos muros do convento; antes, a comunidade devia 3.000 e tantos cruzados. Ali residiam 27 frades, servidos por 11 escravos. Os car-

melitas possuíam dois conventos, um em S. Luís e um em Alcântara, e o hospício do Bonfim, com 30 religiosos, 257 escravos, 7 fazendas, 24 léguas de terra e 640 cabeças de gado vacum e cavalari. Os mercedários possuíam dois conventos com 9 frades, 383 escravos, 8 fazendas, 27 léguas de terra e 226 cabeças de gado. E mais: uma olaria de fazer tijolos, telhas e louças” (20).

Não obstante terem menos religiosos, os mercedários eram os maiores proprietários do Maranhão.

## 7. A crise da Ordem

Tudo nos leva a crer que já nos primórdios do século XVIII a Ordem das Mercês no Brasil entrou em um período de crise, que se prolongou até o fim do século. Duas parecem ser as causas mais importantes dessa crise:

Em primeiro lugar, o demasiado isolamento em que viviam esses religiosos, muito distantes do centro provincial na Espanha, sem comunicação fácil, portanto, com a sede da Ordem a que pertenciam. Em segundo lugar, o progressivo enriquecimento da ordem, ao qual já se acenou, e que passou a exigir cada vez mais maiores cuidados materiais, distraindo os religiosos de sua principal finalidade religiosa.

Já a 19 de dezembro de 1712 o rei de Portugal fazia-lhes sérias advertências, ameaçando-os de expulsão se não produzissem mais e melhor, e intimando o comissário dos religiosos a visitar, como faziam os superiores das outras co-

munidades religiosas, os distritos de Amatary, Urubu e Saracá. Provavelmente nessa época começavam a chegar à corte as primeiras acusações contra os religiosos mercedários.

Não obstante a 6 de julho de 1716 o ouvidor do Pará, João Mendes de Aragão, firmava atestado em que registrava, por entre louvores, os trabalhos a que se vinham dedicando como missionários e os serviços prestados ao poder público em momentos difíceis em outros setores do norte do Brasil. Em 1718 veio para o Maranhão, com o governador do Estado Bernardo Pereira de Berredo, o novo comissário geral da Ordem, Frei Miguel Ribeira. Sua atuação não foi suficientemente forte para conter a progressiva decadência da Ordem no Brasil.

A descoberta das Minas levava para o interior do Brasil uma multidão de gente em busca de ouro e de aventura, e entre eles não poucos religiosos. Em carta régia de 12 de julho de 1722 o rei escreve ao governador das Minas Gerais que faça voltar ao convento do Maranhão alguns religiosos das Mercês. É provável que essa iniciativa régia fosse provocada não só pela atuação do novo governador do Maranhão, como também do novo comissário da Ordem. Eis o teor do documento:

“Faço saber a Vós, D. Lourenço de Almeida, governador e capitão general dessas Minas que havendo visto a carta que me deu Bernardo Pereira de Berredo, governador e capitão-mor general do Estado do

Maranhão, em carta de 26 de março de 1719, em que servido recomendar-lhe com grande especialidade o cuidado das Missões, e como para a boa administração delas se necessitava precisamente de muitos religiosos, me remeteu a lista dos que se acham ausentes dos seus conventos, após-datas, assistindo nessas Minas, e que assim devia mandar dar nesse negócio a providência necessária, para que se recolham a eles, todos na primeira monção, e porque convém que não só esses que constam da cópia da mesma lista de religiosos de N. S. do Ribeirão do Carmo e das Mercês deste Estado, mas todos os mais religiosos que saíam dessas Minas; sou servido ordenar-vos por resolução de 9 de julho deste presente ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, façais sair delas todos os religiosos de qualquer religião que sejam, pois a experiência tem mostrado a grande prejuízo e perturbação que nelas fazem, para o que os mandareis notificar que até 8 dias saíam das Minas e não o fazendo lhes seqüestreis os bens que tiverem; e não os tendo os mandareis presos para o Rio de Janeiro e daí para este reino" (21).

Foi provavelmente sob a influência de tais frades que se fundou em Mariana a Irmandade do Escapulário de N. S. das Mercês, com a construção da respectiva igreja. A 13 de abril de 1723 o monarca ordenava que se retirassem os mercedários das missões, acusando-os de "maus religiosos, e se estarem servindo dos índios como escravos para as suas grangerias e comércios" (22).

## 8. A supressão parcial

A Ordem das Mercês exercia sua atividade em duas capitânicas: Pará e Maranhão. Durante o séc. XVIII os religiosos foram expulsos do Pará. Esta supressão parcial da Ordem foi feita em duas etapas sucessivas. A primeira etapa foi a expulsão do território das missões em 1757, que atingiu aliás as demais Ordens religiosas.

"Os altos e baixos da apreciação de suas atividades são evidentes, comenta Arthur Reis, nem por isso podemos increpá-los de elementos improdutivos. Pois que às vésperas do desmoronamento do edifício missionário, prosseguiam com a mesma ausência de espetaculosidade nos seus misteres catequistas: na aldeia de Anibá, estava o padre André de Matos; na aldeia do Saracá, o padre frei Severo de São José e frei Antônio Gonçalves na aldeia de Gurupy, que então era parte integrante do Pará, os padres Frei Manuel da Cunha e frei José de Almeida. Exercia o comissariado geral da Ordem no Convento de Belém frei Felix da Silva, conforme certificado por ele redigido e datado de 28 de setembro de 1754" (23).

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, também outras ordens religiosas foram ameaçadas em sua existência no Estado do Maranhão. A idéia da extinção dos mercedários no Pará foi proposta pelo próprio bispo diocesano D. Frei Caetano Brandão. Bispo de grande valor, teve uma atuação muito importante na vida religiosa do Pará. Não obstante aderiu às idéias galicano-

jansenistas. Por essa razão não hesitou em pedir a supressão de uma ordem que já não era atuante na sua missão religiosa.

“O prelado D. Frei Caetano em 1785 propôs a extinção dos mercedários e de seis canonicatos e oito benefícios, sob a condição de os bens daqueles, assim como as cõngruas desses, serem aplicadas, parte no hospital da Caridade, e parte à obra do recolhimento das educandas, para a qual já havia lançado alicerces no terreno que obtivera da câmara, e ao patrimônio do seminário eclesiástico; porém saiu do bispado sem ver o resultado de sua proposta, porque conquanto a Bula Pontifícia de 13 de novembro de 1787 extinguisse não só as conesias da catedral, e os mercenários, só no ano de 1794 foi que o governo deu destino àquelas riquezas já no bispado do sucessor de D. Frei Caetano. Em 1794, escreve Ernesto Cruz, foram os mercedários expulsos do Pará. De acordo com o aviso régio de 24 de março do mesmo ano, o rei mandou seqüestrar os seus bens e incorporá-los à coroa” (24).

Para as duas obras patrocinadas pelo bispo foi aplicada quantia pequena, passando para o Tesouro real quase todos os bens, avaliados em 233 contos de réis (25).

Em vão os bispos do Pará clamaram contra a absorção pelo Estado desse patrimônio dos religiosos. Em memória dirigida ao Imperador D. Pedro II a 28 de julho de 1863 D. Macedo Costa ainda tentava recuperar o patrimônio dos mercedários.

“As fazendas dos extintos mercedários — escreve ele — destinadas por bula da Santa Sé e decreto da augusta rainha D. Maria I, de gloriosa memória, a formar o patrimônio do Seminário do Pará e de um estabelecimento de órfãos, poderiam ser aplicadas pelo Tesouro a estes fins tão pios em vez de se acharem estes bens desviados de sua primitiva instituição, com manifesta irregularidade e injustiça, apesar das enérgicas reclamações e repetidas queixas de meus veneráveis predecessores” (26).

## 9. Os mercedários no Maranhão

A Ordem das Mercês fora supressa no Pará. Pela Bula Pontifícia haviam sido transferidos do Pará para o Maranhão os cinquenta mercedários que ainda restavam da Ordem naquela capitania. Deste modo, restavam apenas os conventos do Maranhão. Também ali a situação não era promissora.

Em carta-relatório ao ministro do reino, D. Rodrigo de Souza Coutinho, datada de 27 de novembro de 1799, o bispo do Maranhão, D. Joaquim Ferreira de Carvalho, assim escreve a respeito da situação dos religiosos:

“Há nesta cidade três conventos. Um de capuchos que observa bem a disciplina regular e serve de alguma utilidade aos fiéis. Há outro de Nossa Senhora das Mercês que de nada serve, nem à Igreja nem ao Estado, com seus três frades velhos e molestos. Aliás tem fazendas que podiam servir de fundo a qualquer estabelecimento mais útil, ficando ainda para se satisfa-

zerem algumas obrigações pias da mesma casa.

“Há outro convento de Frades do Carmo calçados, que me parece nada conservam de sua instituição, além do hábito, e talvez ainda o usem em razão de economia. Estes frades não dão melhor exemplo aos povos... Em Alcântara há também um convento de cada uma das duas últimas Ordens. O do Carmo tem só dois ou três frades; o das Mercês tem só o “Comendador”. Era não só útil, mas até necessário suprimir aquelas duas casas, isoladas daquele modo e em uma aldeia. Podiam estas duas casas ou as suas fazendas servir de fundo para o Seminário, ficando este obrigado a satisfazer os legados pios de uma e de outra” (27).

Na realidade, o bispo não conseguiu realizar seus desejos. Também o governo civil não via com bons olhos a situação da Ordem das Mercês. A 23 de fevereiro de 1800 Dom Diogo de Souza, governador do Maranhão queixava-se ao ministro da Corte da delapidação dos bens das Mercês pelos seus frades, e lembrava uma prestação de contas ao bispo diocesano.

A 5 de maio o ministro oficiava ao governador e ao bispo, encarregando-os de “tomarem conta dos religiosos mercedários”, o que a 22 de outubro do mesmo ano comunicavam eles terem realizado.

“No fim do século XVIII, conclui D. Pacheco, os franciscanos do Maranhão, nada possuindo senão o seu convento — afirmam testemunhas — conservavam melhor o es-

pírito de sua Ordem. Por isso “serviam de alguma utilidade para os fiéis”, eram acatados pela sociedade e respeitados pelo próprio governo. Os carmelitas e mercedários, senhores de numerosas propriedades — imóveis e semoventes — de nada serviam nem à Igreja, nem ao Estado” (28).

## 10. Tentativa de restauração

A situação dos mercedários no Brasil era delicada e periclitante. Com facilidade ocorreria com os conventos do Maranhão o que já ocorrera no Pará. Decidiu então o superior geral dos mercedários tomar sérias decisões. Em 1799, com o fim de morigerar as suas comunidades, nomeou frei José Vieira de Abreu seu comissário geral nos domínios portugueses, comunicando tal medida ao príncipe regente, que deu seu beneplácito.

Uma comissão composta de sacerdotes e civis já entrara a administrar todos os bens da Ordem no Maranhão, o que o governador em ofício de 29 de novembro de 1801 fez saber à corte, anunciando que, em portaria de 29 de abril ordenara ao tesoureiro, das rendas desses bens dar 1.600 réis de pensão alimentícia por dia a Frei José Vieira, comissário da ordem.

Frei José, descendente de abastada família lusa, não pôde sofrer tal afronta. Viajou para Lisboa sob pretexto de ir cuidar da saúde. Ali conseguiu uma provisão régia visando sustar a liquidação dos bens dos mercedários. Nesse documento, datado de 15 de julho de 1805, se afirma:

“Sendo irrepreensível a conduta desses religiosos, muito úteis a essa capitania, empregando-se continuamente na administração dos sacramentos e na assistência aos enfermos, servindo de párocos nos serções, distribuindo pelos pobres o remanescente de suas rendas, pelo que fora eu servido mandar assistir pelo Real Erário com uma pensão de quatrocentos réis diários, a cada um dos indicados religiosos.

“Informa a Sua Alteza Real que o Provedor da Misericórdia e os mais mesários conceberam o projeto de extinguir ali uma religião tão respeitável, edificante, e tão útil à primitiva vida dessa capitania e a quem ela devia a sua cultura.

“Para conseguir este fim se serviram do pretexto doloso e falsa caridade de pretenderem o convento de N. S. das Mercês para um hospital, quando o objeto único que se propunham não era outro senão darem em praça todas as propriedades da Ordem, e eles como homens ricos poderem arrematá-las e possuí-las, não sendo o convento do suplicante de forma alguma próprio para hospital, por ser muito pequeno, fabricado de terra socada, muito arruinado, pois sendo de tão débil construção, havia cento e sessenta anos que fora edificado.

“Pede o suplicante ao príncipe que por seu real decreto o mande restaurar e seus religiosos na posse do seu convento e de todos os seus bens. Determina por isso o reinante que o Conselho Régio examine todos os documentos originais apresentados por frei José Vieira de Abreu.”

E a provisão régia termina:

“Provado que os mercedários possuíam legalmente suas propriedades que cultivam e sem as quais não podem dedicar-se à conversão dos gentios, ao ensino dos cristãos, e à prática dos ofícios divinos, e que pagam dízimos, encargos e tributos régios, sem nenhuma fraude.

“Conformando-me com o parecer do dito Conselho, hei por bem determinar pela minha real resolução de 31 de maio do corrente ano (1805) que se entregue ao suplicante, frei José Vieira de Abreu, comissário geral da Ordem de N. S. das Mercês, o convento do Maranhão e todos os seus bens, réditos, títulos, alfaias e vasos sagrados, de que por vias de fato foram despojados; e que fossem prontamente restituídos à posse e fruição de todos os ditos bens no exercício do seu ministério, como antes do violento esbulho com que foram expulsos, havendo outrossim por bem anular a carta régia de 3 de maio de 1800. O que tudo cumprireis, senhor governador, e fareis cumprir, como por esta minha real ordem vos ordeno que será registrada nos livros da Secretaria do Governo e da Câmara dessa Cidade de São Luís do Maranhão” (29).

Com este alvará Frei José Vieira voltou ao Maranhão trazendo consigo seus irmãos de hábito Frei Joaquim Jerônimo de Castro, mais tarde cônego da cathedral, Frei Manuel da Cunha Ferraz, Frei Joaquim Teixeira, Frei José Garcia, Frei Joaquim Antônio da Costa e Frei Antônio Manuel dos Santos, “todos vigorosos e ainda na flor da

idade". No convento das Mercês, em São Luís, havia então apenas quatro frades idosos. . .

A 11 de agosto de 1806 o governador D. Francisco de Melo Manuel da Câmara participou à corte que havia cumprido fielmente as ordens régias, de conformidade com o aviso nº 71, de 10 de outubro de 1805, e que também lhe havia sido entregue o aviso nº 60 de 22 de julho de 1805, concedendo licença a frei José Vieira de Abreu para admitir no convento da Ordem das Mercês doze noviços.

Apenas tomou posse do convento frei José ofereceu dois contos de réis como "donativo gratuito", atendendo ao pedido do príncipe regente por carta de 6 de abril de 1804, e pelo aviso nº 39 de 31 de outubro de 1804, louvavam-se "o zelo e o patriotismo que mostrou esta Ordem fazendo tal donativo" (30).

## 11. Ação dos bispos reformadores

Passada a fase pombalina e a influência galicano-jansenista, durante o período imperial o episcopado tenta ainda salvar a existência das antigas Ordens Religiosas. Nessa campanha estão empenhados em modo especial os bispos reformadores (31).

É esta a atitude que assume o primeiro bispo reformador do Maranhão D. Marcos Antônio de Souza. Em ofício ao Ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, datado de 29 de março de 1834, o bispo assim expõe a situação dos religiosos em S. Luís do Maranhão:

"Nesta cidade há três conventos, cada qual com pequeno número de religiosos. Em suas igrejas celebram-se os ofícios divinos, e os sacramentos são ministrados, ainda no leito de morte. Das duas paróquias só em uma o pároco tem o seu coadjutor. Por isso os religiosos são de grande necessidade para dar os socorros espirituais a perto de trinta mil almas no perímetro urbano e nos subúrbios.

"Os religiosos foram chamados para evangelizar os índios. Cuidam também de paróquias, pela considerável falta de sacerdotes seculares. Carmelitas e mercedários vivem dos módicos rendimentos de seus bens, e os franciscanos se alimentam com as esmolas das suas missas.

"Nessas três casas muitos pobres são socorridos, como sou testemunha. Algumas pessoas, intentando inculcar princípios liberais, têm soltado exclamações vagas contra o clero regular. Fazem-no contra todas as instituições religiosas. Contudo, é certo que as ditas Ordens são de grande utilidade para os cristãos obedientes às leis do Império. Em muitos governos constitucionais e na própria América do Norte existem corporações religiosas que obedecem às autoridades constituídas.

"Se a Regência concedesse aos três conventos receber alguns alunos, atenta à necessidade de sacerdotes e missionários e catequistas, eu mais facilmente fundaria as três missões necessárias à civilização dos índios: no Turi-açu, entre o Mearim e o Grajaú, e entre o Manuel Grande e o Balsas" (32).

D. Marcos portanto é otimista com relação às atividades dos religiosos. Todavia, a proibição do governo de aceitação de novos membros sem autorização dificulta a expansão e a mesma sobrevivência dos conventos. Outro bispo importante do Maranhão, D. Manoel Joaquim da Silveira (33). É um pouco mais objetivo na análise real da situação dos religiosos, especialmente dos mercedários.

Na visita pastoral à cidade de Alcântara em 1852 o bispo proibiu aos religiosos mercedários o uso do sacrário “pela revoltante indecência em que foi achado” (34). A 6 de fevereiro de 1854, num documento reservado dirigido ao Ministro da Justiça expõe a situação dos religiosos da diocese. Com referência aos mercedários declara:

“O edifício do convento das Mercês desta cidade não está ainda acabado, e já muito arruinado, e a igreja deve alguns reparos e asseio ao atual presidente frei Manuel da Encarnação, achando-se doente o superior frei Antônio Manuel dos Santos”.

O bispo passa em seguida a enumerar as propriedades dos mercedários:

“Quatro fazendas de lavoura; duas em Gajapió-Ibacá e Porto, e duas em Anajatuba-Ribeirão e Calembe; ainda dois sítios: Afoba e Andiroba. Oito e meia léguas de terras em diversos pontos e um terreno em S. Luís. Sessenta escravos”.

Admira-se o prelado de que tantas propriedades rendam apenas

200\$000 anuais, o que se deve atribuir à má administração. O convento e a igreja de N. S. das Mercês, em Alcântara, está “em ruínas, e alguns seus terrenos contíguos e uma e meia légua de terras, com uma fazenda em Santo Antônio e Almas, e São Bento, invadidas e muito estragadas. De renda, .... 200\$000 anuais, o que me parece um absurdo. É o triste resultado de uma péssima administração”.

Em S. Luís “existem no presente dois sacerdotes mercenários, dois coristas e um noviço. Na fazenda, doente, o comendador. Em Alcântara dois religiosos sacerdotes. Os mercedários desta cidade são observantes, e na sua igreja se dá a Deus o culto que seu pequeno número permite. Os de Alcântara vivem como dois moradores em sua casa, arrastada esta pela incúria, e por alguma outra coisa mais, de seus antigos administradores”.

E o bispo conclui:

“Entre os poucos religiosos que tem esta diocese há bons e maus; felizmente não é inferior o número dos bons e moralizados. Desgraçadamente há alguns na Ordem do Carmo, e um na dos mercedários, que seria uma fortuna se não fossem religiosos, tão escandaloso é o seu proceder, tão imoral a sua vida! Sinto profundamente ser obrigado a fazer esta revelação; porém, não devo ocultar a verdade ao governo do meu país, principalmente quando ele me interroga a respeito. Sobre a administração de tais conventos, formo o pior juízo. Tem sido dirigida, já pelo desleixo, já pela má fé (35).

## 12. A extinção dos mercedários

Durante a época imperial acentuou-se a crise dos antigos institutos religiosos, especialmente pela proibição de recepção de novos membros.

“No século XIX — escreve Pacheco — veremos os franciscanos e os mercedários cederem seus conventos para seminários da diocese. Os carmelitas com os seus estudos filosóficos e teológicos, em que doutoravam, produziram alguns religiosos de valor intelectual e facultavam dependências do seu convento para Biblioteca e Escola Normal da Província. Sua riqueza e a ação inibitória do governo lhes prepararam a ruína” (36).

O golpe de misericórdia na Ordem das Mercês foi dado pelo novo bispo, D. Luís Saraiva, que assumiu a direção da diocese em março de 1862.

Apenas empossado, escreve D. Silva, “cuidou logo das igrejas e voltou as suas vistas para a educação da mocidade, e projetou fundar um colégio. Eram precisos para isso prédio e recursos. Saberá achar os recursos, pois estavam ao seu alcance.

“O prédio encontrou-o nas ruínas do Convento das Mercês, onde, com grandes dispêndios, preparou um vasto estabelecimento perfeitamente adaptado às necessidades do mesmo, e o faz com tal rapidez que no dia 4 de fevereiro de 1863 já podia abrir as aulas do Seminário de Nossa Senhora das Mercês com grande concorrência das principais pessoas da cidade, tanto ci-

vis como militares. Floresceu muito esse estabelecimento de ensino e deu ótimos resultados, até mesmo durante o governo de seu sucessor. Depois decaiu e fechou-se” (37).

Em relatório ao Ministro do Império datado de 20 de fevereiro de 1863, o bispo D. Luís afirma que procurando “interpretar a vontade de S. M., o Imperador, aproveitando do Convento dos Religiosos Mercedários desta cidade quase abandonado, em eminente ruína, e que já mal servia para o aquartelamento da guarda nacional, quando destacada, e nele funda, com grandes sacrifícios, um seminário pequeno aonde fossem ensinados os preparatórios das humanidades...” (38).

A 10 de outubro de 1863 o bispo D. Luís, num amplo relatório ao ministro Marquês de Olinda declarava:

“A Ordem de N. S. das Mercês e Redenção dos Cativos está hoje sem vida. Os dois únicos religiosos que lhe restam, são incapazes de dirigir-se, quanto mais de tomar conta de uma casa, que se acha em condições difíceis pelos desarranjos das administrações passadas. Informei ao Senhor Internúncio sobre o estado desta e das outras casas; pois um dos religiosos é velho e idiota, e o outro foi por mim demitido do cargo de comendador, pelos abusos praticados na sua administração. Nomeei uma comissão de eclesiásticos seculares, para fiscalizar-lhe os bens do patrimônio, a fim de ampará-los da voragem dos especuladores, que apostados se assoberbavam para devorá-los.

“O seu estado é lamentável. Apareceram dívidas contraídas nas administrações anteriores, e seus bens, constituídos apenas de terras e escravos, exigem administração ativa para cuidar deles. Suas fazendas estão desmontadas, e suas dívidas, em capital e juros, não podem ser precisadas, por falta de escrituração regular. Vejo que a comissão nomeada não pode curar os interesses da Ordem. O governo imperial há de fazer um acordo com a Santa Sé, para pôr um paradeiro aos males passados, presentes e futuros desta Ordem” (39).

Além de ocupar o convento como seminário, o bispo preocupou-se em restaurar a igreja. A 15 de setembro de 1864 o jornal *O País* publicava a seguinte nota:

“A igreja das Mercês, que no tempo dos frades esteve sempre no mais lamentável estado de imundície e ruína, acha-se hoje conseruada e asseada, graças ao zelo do Pe. Manuel de Vera Cruz, a quem em tão boa hora o Sr. Bispo entregou a administração daquela igreja. Desapareceram os trapos. Há ali agora paramentos novos. Tudo é asseio e ordem” (40).

Em 1866 Cândido Mendes de Almeida escrevia a respeito dos mercedários:

“Esta Ordem ficou acéfala desde a época da independência, e não curou de constituir-se em província independente. Assim se conservou até ultimamente, em que por deliberação da Nunciatura Apostólica ficou sob a direção do bispo diocesano” (41).

Nos anos sucessivos, temos ainda algumas poucas menções da Ordem. Num relatório de 1878, antes da tomada de posse do novo bispo D. Alvarenga, o arcediogo Tavares informa entre outras coisas:

“A Ordem das Mercês está morta completamente e o seu ainda patrimônio vai desaparecendo, porque frei Manuel R. de Santana Freitas é incapaz de geri-lo convenientemente” (42).

Num manifesto do clero aos católicos da diocese do Maranhão, datado de 27 de abril de 1881 em defesa do bispo D. Alvarenga encontra-se entre os que o firmaram o nome de “Frei Manuel Rufino de Santana Freitas, mercedário”.

Frei Manuel Rufino ainda vivia em 1888, o que faz crer que seu desenlace se deu entre 1889 e 1890, sendo o último religioso da Ordem sobrevivente no Brasil.

“Dos bens das Mercês, escreve Pacheco, o convento foi comprado por D. Alvarenga ao mesmo Frei Manuel Rufino de Santana Freitas, último mercenário sobrevivente. Essa compra já havia sido realizada em princípio de 1892, conforme defesa do bispo D. Alvarenga, encarta ao Exmo. Internúncio no Rio. As terras pertencentes à mesma ordem, atesta D. Silva, foram compradas mais tarde no governo do vigário capitular Monsenhor Mourão” (43).

Terminava assim, após longa agonia, a história dos mercedários no Brasil.

## Conclusão

Alguns aspectos merecem consideração especial ao término deste estudo:

1. A Ordem das Mercês representou um importante ponto de contacto entre o projeto colonizador do Brasil e dos demais países da América do Sul. Foi uma interação entre a cultura espanhola e a portuguesa de longa duração, e sem os atritos que envolveram as missões jesuíticas nas fronteiras do Rio Grande do Sul.

2. Por outro lado, os religiosos das Mercês mantiveram sempre sua vinculação com a Espanha. Como observou Cândido Mendes, perderam a oportunidade de criar uma província brasileira em fins do século XVII. E também não souberam aproveitar a nova ocasião oferecida pela independência do Brasil na segunda década do século XIX. Este fato condicionou profundamente a expansão da Ordem, e apressou seu processo de lenta desintegração.

3. O fato de ser uma Ordem estrangeira que não teve o seu centro de decisão no Brasil dificulta a reconstrução de sua história, sobretudo a possibilidade de se avaliar devidamente sua contribuição na área missionária e educativa no norte do Brasil. Não obstante, é possível que novas pesquisas nos Arquivos do Pará e do Maranhão possibilitem levantar mais dados sobre a vida e atividades dos mercedários.

4. O fato mais lastimável da Ordem é a perda do ideal evangélico, em vista das preocupações de ordem financeira. O enriquecimento da Ordem trouxe o seu desprestígio missionário e incitou a cobiça de outras pessoas sobre os bens da Ordem. Por outro lado, os religiosos, vivendo numa situação de riqueza e bem-estar, perderam sua finalidade específica.

5. Não deixa de ser doloroso que uma Ordem criada para a "redenção dos cativos" tenha com o correr dos tempos se afastado tanto do seu ideal a ponto de ser reprovada pelo rei no século XVIII por querer tratar os índios como escravos. Além disso, no Estado do Maranhão foi o instituto religioso que chegou a ter o maior número de escravos negros!

6. Não obstante essas limitações, os mercedários trouxeram para o Brasil uma devoção que se incorporou no patrimônio cultural e religioso do nosso povo desde o período colonial. A eles devemos o culto de Nossa Senhora das Mercês, do mesmo modo que aos carmelitas devemos o culto de N. S. do Carmo e aos franciscanos o culto de N. S. da Conceição. E das igrejas pelos mercedários fundadas em Belém do Pará e São Luís do Maranhão, que hoje subsistem como importantes monumentos históricos, o culto da Virgem das Mercês difundiu-se progressivamente por todo o Brasil. Esta é uma herança religiosa e cultural que devemos à extinta Ordem das Mercês.

## NOTAS

1. AZZI, RIOLANDO, **Os capuchinhos e o movimento de reforma católica do século XIX**, em REB 35 (1975), 123-159.
2. Dois autores dedicaram um capítulo à Ordem de Nossa Senhora das Mercês: MACEDO, FERNANDO, Pe., **O Brasil religioso**, Bahia, 1920, páginas 163-168.
- REIS, Artur César Ferreira, **A conquista espiritual da Amazônia**, São Paulo, 1942, 28-33.
3. MACEDO, FERNANDO, Pe. **O Brasil religioso**, Bahia, 1920, 164.
4. REIS, Artur César Ferreira, **A conquista espiritual da Amazônia**, São Paulo, 1942, 28.
5. Idem, ver nota 4, página 29.
6. ALMEIDA, CÂNDIDO MENDES **Direito Civil Eclesiástico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1966, tomo I, 3.<sup>a</sup> parte, 1099-1100.
7. Idem, ver nota 4, páginas 30-31.
8. Idem, ver nota 6, página 1100.
9. TOCANTINS, LEANDRO, **Santa Maria do Belém do Grão Pará**, Belém, 1963, 186-187.
10. CRUZ, ERNESTO, **História do Pará**, Belém, 1963, I, 209-210.
11. Idem, ver nota 4, página 31.
12. Idem, ver nota 3, página 166.
13. Idem, ver nota 4, páginas 31-32.
14. Idem, ver nota 4, página 32.
15. Idem, ver nota 10, página 237.
16. Idem, ver nota 4, páginas 33-34.
17. AZZI, RIOLANDO, **Os jesuítas e a formação do clero no Brasil**, CONVERGÊNCIA, 1976, janeiro/fevereiro, 53.
18. Idem, ver nota 9, página 186.
19. Idem, ver nota 10, página 238.
20. PACHECO, D. FELIPE CONDURU, **História Eclesiástica do Maranhão**, São Luís, 1968, 99.
21. VASCONCELOS, SALOMÃO, **Mariana e seus templos**, Belo Horizonte, 1938, 17.
22. Idem, ver nota 4, página 33.
23. Idem, ver nota 4, página 33.
24. PINTO, ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA, **O Bispado do Pará. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**, Belém, 1966, tomo V, 108.
25. Idem, ver nota 10, página 238.
26. LUSTOSA, D. ANTÔNIO DE ALMEIDA, **Dom Macedo Costa**, Rio de Janeiro, 1939, 70.
27. Idem, ver nota 20, página 94.
28. Idem, ver nota 20, página 98.
29. Idem, ver nota 20, página 113.
30. Idem, ver nota 20, página 113-114.
31. AZZI, RIOLANDO, **O movimento de reforma católica durante o século XIX**, em REB, 34 (1974), 646-662.
32. Idem, ver nota 20, página 159.
33. AZZI, RIOLANDO, **Dom Manuel Joaquim da Silveira, primaz de Bahia, (1861-1874) e a luta pela liberdade da Igreja**, em REB, 34 (1974), 359-372.
34. Idem, ver nota 20, página 186.
35. Idem, ver nota 20, página 213-214. Cândido Mendes cita ainda o Relatório ao Ministério da Justiça de 1857 e as informações do Bispo do Maranhão, Dom Manuel da Silveira, de 1866.
36. Idem, ver nota 20, páginas 98-99.
37. SILVA, D. FRANCISCO DE PAULO, **Apontamento para a história eclesiástica do Maranhão**, Bahia, 1922, 289.
38. Idem, ver nota 20, página 288.
39. Idem, ver nota 20, páginas 304-305.
40. Idem, ver nota 20, páginas 305-306.
41. Idem, ver nota 6, página 1100.
42. Idem, ver nota 20, páginas 370.
43. Idem, ver nota 20, páginas 405 e 416.

# LIVROS RECEBIDOS

Em **CONVERGÊNCIA**, junho 1976, n.º 93, página 319, fizemos a apresentação da Coleção **PSICOLOGIA DA CRIANÇA**, da Editora Pedagógica e Universitária Ltda. (E. P. U.) da Universidade de São Paulo. Havíamos recebido na ocasião os volumes n.º 2 e n.º 10. A coleção toda abrangerá dez volumes. **CONVERGÊNCIA** acaba de receber os volumes n.º 1: **Bases Biológicas do Desenvolvimento**, e o volume n.º 3: **O Primeiro Ano de Vida e as Experiências Iniciais**. São volumes de igual valor para todos quantos trabalham em disciplinas, atividades e setores relacionados com a criança. Uma das mais importantes contribuições para a preparação destes profissionais nas universidades e escolas de segundo grau.

◆ **Fundamentos de Orientação Educacional**. Um volume de 240 páginas, com a colaboração de onze professores especializados, e coordenação de Wilma Millan Alves Penteado, Professora da Faculdade de Educação da USP e do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. ◆ **Tratado de Filosofia Básica**, Mário Bunge. Tradução do origi-

nal norte-americano **Treatise on Basic Philosophy** de Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. Ano 1976. Páginas 244. É volume n.º 2: **Semântica II — Interpretação e Verdade**. ◆ **Psicologia Experimental**, uma abordagem metodológica, Frank Joseph McGuigan. Tradução do original norte-americano: **Experimental Psychology**, a Methodological Approach de Suzana Behmer Cardoso. Ano 1976. Páginas 438. ◆ **Botânica Econômica Brasileira**, Carlos Toledo Rizzini e Walter B. Mors. Ano 1976. Páginas 234. Carlos T. Rizzini é especialista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e W. B. Mors é químico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os autores conseguiram escrever obra original sobre assunto tão explorado e valiosa como divulgação científica. ◆ **Técnicas Industriais**, Ernst Friedel Koeppel e Freimut Zedler. Tradução do original alemão **Grundwissen Technisches Werken** de Flávio Meurer. Ano 1976. Páginas 88. ◆ **Máquinas Elétricas**, Robert Arnold e Wilhelm Stehr. Tradução do original alemão **Fachkunde für Elektroberufe** de Hans Peter Dietz e R. Perezim. Ano 1976. Páginas 100.

Para Você  
que busca atualização  
teológica e espiritual  
e dispõe de pouco tempo  
para muitas tarefas.

Para sua Comunidade  
um instrumento prático,  
um veículo moderno  
de reflexão  
e de partilha.

# **FITOTECA**

**iniciativa e serviço  
da CRB Nacional**

**Gravações em minicassetes  
de conferências originais  
com duração de 60 minutos,  
acompanhadas de roteiro  
escrito e farta bibliografia.**

**Dez cassetes por ano,  
sempre expedidas sob registro  
por conta da CRB. Não se perdem.  
Chegam mesmo às suas mãos.  
Temos experiência desde 1974.**

**Assinatura:**

**Cr\$ 360,00 até 30 de novembro de 1976**

**Cr\$ 400,00 depois de 30 de novembro de 1976**

**RENOVE SUA ASSINATURA. EXPERIMENTE ASSINAR.  
RENOVE E ASSINE AGORA. NÃO DEIXE PARA DEPOIS.**

Todo pagamento, sempre por cheque visado, pagável no Rio de Janeiro e sempre em nome de **Conferência dos Religiosos do Brasil/Fitoteca**. Dê seu nome e endereço completos e exatos.